

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO NO ENTORNO DO  
LAGO DO ALEIXO: UM ESTUDO SÓCIO-AMBIENTAL

IRANILDA DE SOUSA ARAÚJO

MANAUS-AM  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

IRANILDA DE SOUSA ARAÚJO

CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO NO ENTORNO DO  
LAGO DO ALEIXO: UM ESTUDO SÓCIO-AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Simone Eneida Baçal de Oliveira

MANAUS-AM  
2009

CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO NO ENTORNO DO LAGO DO  
ALEIXO: UM ESTUDO SÓCIO-AMBIENTAL

IRANILDA DE SOUSA ARAÚJO

Dissertação Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Simone Eneida Baçal de Oliveira - Presidente

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Amélia Regina Batista Nogueira – Membro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marinez Gil Nogueira – Membro

MANAUS-AM  
2009

*Ao meu pai, Tomaz da Costa Araújo (in memoriam) e à minha mãe Maria de Sousa Araújo, ambos me ensinaram a trilhar os caminhos da vida com humildade e segurança.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela permissão, discernimento e sabedoria ao longo da construção desse trabalho;

À minha família, que mesmo à distância, compreende o significado da minha ausência e sempre manifesta seu amor, confiança e admiração;

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone Eneida, minha orientadora, pela amizade, simplicidade e fundamental contribuição ao longo dessa jornada;

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Amélia Regina e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marinez Gil, da Banca Examinadora, pelas imprescindíveis contribuições no momento da Qualificação e pela confiança desprendida durante a minha continuação no Programa;

A todos os Professores do PPGSS e amigos do PPGGEO, minha admiração e gratidão na trajetória da construção do conhecimento;

Às colegas do Mestrado, que mesmo no cansaço do dia a dia e ao longo do cumprimento da carga curricular se fizeram presentes na ajuda mútua: Cristina, Darcy, Dayana, Francicléia, Lidyane, Luciana, Maria Lúcia e Silvana;

Às minhas fiéis amigas de trabalho e também Assistentes Sociais: Olívia e Andréa, pela generosidade, compreensão, paciência e torcida positiva ao longo dessa caminhada;

À Rosana, Sr. Braulino e Sr. Edivaldo, lideranças locais e especialmente a todos os atores sociais, objeto deste estudo e moradores do entorno do Lago do Aleixo, minha admiração e profunda gratidão pela imprescindível contribuição, sabedoria, simplicidade e humildade com que me receberam em seus lares.

Aos amigos: Richarlison, Telma, Claudete e Keiko, além daqueles que contribuíram na realização desse trabalho, seja diretamente ou indiretamente.

As flores, as folhas, a beleza dos rios e das montanhas, os pássaros, os insetos, os peixes e outros animais não podem deixar de ser admirados como obras extraordinárias da Arte Divina, mas o homem é, inegavelmente, a obra prima do Criador.

Mokiti Okada

## RESUMO

O presente trabalho objetivou um estudo a respeito dos fatores que influenciam na condição de vida da população residente no entorno do Lago do Aleixo, possibilitando fazer uma análise acerca da questão sócio-ambiental naquele local. Procurou-se contemplar a relação homem-natureza, entendendo que o excessivo consumo de recursos naturais renováveis e não-renováveis tem relação direta com o modelo de desenvolvimento econômico, com o processo de urbanização acelerado, com a desigual distribuição de renda, com a falta de políticas públicas destinadas a atender uma parcela da população que convive com a desigualdade e a falta de bens e serviços, dentre outros. O referido estudo, buscou entender as práticas de exploração dos recursos naturais em face da necessidade de sustentabilidade econômica, social, política e cultural, sabendo que o modelo de desenvolvimento econômico engendra as desigualdades e a exclusão social e que tal situação requer atitudes urgentes. No Amazonas essa situação é mais agravante, a riqueza dos recursos hídricos e a Floresta Amazônica, palco de interesses nacionais e internacionais, é considerada uma importante fonte de recursos naturais para a econômica local e mundial. Por outro lado, a destruição do meio ambiente desperta cuidados e reflexões que exige ações tanto do poder público quanto da sociedade civil. Objetivou-se também entender a percepção que os moradores tem do ambiente em que residem e quais as questões sócio-ambientais que se apresentam a partir da vivência dos sujeitos sociais. Assim, a pesquisa foi aplicada com quinze famílias moradoras do entorno do Lago do Aleixo, seja em habitações flutuantes ou em terra firme, além de envolver três lideranças locais. Os instrumentos e técnicas utilizados na coleta de dados foram de natureza quantiqualitativa, foram adotados como técnicas na referida pesquisa: o levantamento bibliográfico, o uso da observação direta, formulário com questões abertas e fechadas, entrevista semi-estruturada, observação direta, registro fotográfico e fonográfico. Buscou-se a necessidade de se discutir alternativas capazes de apontar mudanças as questões pertinentes as poluições, acidentes ambientais, deterioração dos ambientes e limitações dos recursos naturais, resultando em perturbações de origem antrópica, ao mesmo tempo trabalhar as questões voltadas para a conscientização e sensibilização a respeito da educação e conservação ambiental. Procurou-se entender, ainda a quais as questões sócio-ambientais vivenciadas pela população no entorno do Lago e a relevância que o mesmo exerce para os moradores sob o aspecto da própria subsistência e condição de vida, há vista que constitui, um patrimônio natural daquela área.

**Palavras-Chave: Condição de Vida, Lago do Aleixo, Estudo Sócio-Ambiental.**

## ABSTRACT

The present work objectified a study regarding the life condition of the resident population around of the Lake of Aleixo, making possible to do an analysis concerning the social environmental question in that place. It was looked to contemplate the relation between man-nature, understanding that the extreme consumption of natural resources renewed and not- renewed has direct relation with the model of economic development, with the urbanization process faster, the different distribution of income, deficiency of public politics destined to take care of a parcel of the population that coexists with out of goods and services, amongst others. The related study, it searched to understand the practical ones of natural resources exploration, in face of economic support necessities, social, cultural and politics, knowing that the model of economic development produces inequalities and the social exclusion and that such situation demand urgent attitudes. In Amazon this situation calls attention due to wealth the Water resources and the importance of the Amazonian Forest, backstage of national and international interests, therefore this is considered an important source of natural resources to the local and world-wide economy. On other hand, the environment destruction awakens take cares and reflections that demands action of as the public power as of the civil society. It was objectified, also, to understand the perception that the citizens have of the environment where they inhabit and which the social environmental questions that present from their lives. Thus, the research involved fifteen living families of around of the Lake of Aleixo, either in floating habitations or firm land, beyond three local leaderships. The instruments and techniques used in the collection of data had been quantitative qualitative nature; it is being adopted as techniques in the related research: the bibliographical survey, the use of direct comment, form with open and closed questions, half-structuralized interview, photographic and phonographic register. It searched necessity of arguing alternative capable to point changes to the pertinent questions to the pollutions, environmental accidents, deterioration of environments and limitations of the natural resources, resulting in anthropological disturbances origin, at the same time to work the questions come back toward the awareness and sensitization regarding the education and environmental conservation. It was looked to still understand, which the social-environmental questions lived deeply by the population around of the Lake and the relevance that the same exerts to the inhabitants under aspect of the proper subsistence and life conditions, it has seen that it constitutes, a natural patrimony of that area.

**Key Word:** Life Conditions, Lake of Aleixo, Social- Environmental Question

## LISTA DE SIGLAS

WWF – World Wide Fund for Nature .....	33
SNUC – Sistema Nacional de Unidades e Conservação .....	33
MMA – Ministério do Meio Ambiente .....	40
URSS – União da República Socialista Soviética .....	42
UNESCO – Organização das Ações Unidas p/ Educação, Ciência e Cultura .....	42
PNUMA – Programa das Nações Unidas p/o Meio Ambiente .....	42
CNUMAD – Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento .....	43
ECO 92 – II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento .....	44
ZFM – Zona Franca de Manaus .....	63
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .....	70
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia .....	78
SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente .....	89
IPAAM – Instituto de Pesquisa Ambiental do Amazonas .....	89
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia .....	89
SPF – Secretaria de Política Fundiária .....	89
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais .....	89
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária .....	89
ITEAM – Instituto de Terra do Amazonas .....	89
UBS – Unidade Básica de Saúde .....	98
ONU – Organização das Nações Unidas .....	112

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Utilização do Lago .....	90
Tabela 2: Serviços de Saúde .....	98
Tabela 3: Participação nos Movimentos e Entidades de Proteção do Lago .....	105

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Instalação Sanitária .....	99
Gráfico 02: Tipo de Moradia .....	100
Gráfico 03: Coleta de Lixo .....	103
Gráfico 04: Tempo de Residência .....	108
Gráfico 05: Quantidade de Pessoas na Família .....	110
Gráfico 06: Renda Familiar .....	110
Gráfico 07: Programas de Benefícios Sociais e Aposentadoria .....	111
Gráfico 08: Nível de Escolaridade .....	112

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Evolução do desmatamento do município de Manaus de 1986 à 2004 .....	78
Figura 02: Divisão geográfica de Manaus .....	83

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	14
<b>Capítulo I - Questão Ambiental: dilemas e desafios na contemporaneidade</b> .....	19
1.1 A relação sócio-histórica do homem com a natureza .....	20
1.1.1 Novo paradigma da relação homem-natureza: crítica à perspectiva da relação dicotômica .....	23
1.2 A emergência sócio-histórica do debate da questão ambiental na sociedade contemporânea .....	26
1.2.1 O movimento ambientalista e as correntes de pensamento ambiental .....	31
1.3 O marco histórico do debate da questão ambiental na contemporaneidade .....	37
1.3.1 As estratégias de desenvolvimento econômico na sociedade capitalista .....	47
1.3.2 Desenvolvimento sustentável: estratégia frente à questão ambiental na contemporaneidade .....	53
<b>Capítulo II - O processo de desenvolvimento na Amazônia e sua trajetória histórica</b> .....	58
2.1 As questões sócio-ambientais no contexto Amazônico .....	58
2.2 A produção do espaço urbano em Manaus: do centro à periferia .....	68
2.3 A questão ambiental no perímetro urbano da cidade de Manaus .....	76
<b>Capítulo III - Lago do Aleixo: patrimônio natural como espaço de sobrevivência</b> .....	82
3.1 A questão sócio-ambiental no Lago do Aleixo: dilemas e desafios da população local ...	84
3.2 A população no entorno do Lago do Aleixo: da origem à sua trajetória histórica .....	94
3.3 As questões sócio-ambientais locais a partir da ótica dos atores sociais .....	101
3.4 A condição de vida da população frente aos recursos sócio-ambientais existentes .....	106
<b>Considerações Finais</b> .....	116
<b>Referências</b> .....	120
APÊNDICES.....	125
ANEXOS.....	134

## INTRODUÇÃO

A questão sócio-ambiental, na atualidade, ganha ênfase em razão da intensificação do excessivo consumo de recursos naturais renováveis e não-renováveis, aliado ao processo de urbanização acelerado, ao crescimento econômico, a desigual distribuição de renda, dentre outras problemáticas sociais vivenciadas na sociedade contemporânea. Neste sentido, tal questão traz à tona a necessidade da discussão acerca da gestão dos recursos naturais articulando-a a criação de estratégias de sobrevivência humana e de garantia de acesso a bens e serviços sociais.

No Amazonas, a preocupação se refere à questão da preservação e conservação da flora e fauna, incluindo os recursos hídricos e a importância da floresta Amazônica considerada como maior patrimônio natural do mundo, constituindo importante fonte de recursos naturais renováveis e não-renováveis para a economia local e mundial.

Em Manaus, a ocupação urbana se intensificou a partir da implantação da Zona Franca, ocasionando um crescimento demográfico desordenado do centro para a periferia da cidade, devido a grande demanda de mão-de-obra para a indústria.

Nesse contexto, a área no entorno do Lago do Aleixo, por se caracterizar como uma área periférica da cidade sofre com a precariedade de serviços públicos tais como: saneamento básico, educação, transporte, saúde, lazer, dentre outros.

Além dessas questões, a população local, ainda revive uma história de segregação, tendo em vista que no processo de ocupação e urbanização de Manaus esta área se constituiu um espaço voltado para o isolamento de pessoas portadoras de hanseníase.

Fazendo-se pertinente, ainda, o estudo da relevância e da percepção que o Lago do Aleixo exerce para os moradores de seu entorno, sob o aspecto da própria subsistência e condição de vida, haja vista que constitui um patrimônio natural daquela área.

Neste sentido, realizou-se um estudo analítico acerca da relação sócio-ambiental e dos fatores que influenciam na condição de vida da população que reside no entorno do Lago do Aleixo na cidade de Manaus/Am. O principal objetivo deste estudo foi analisar os fatores sócio-ambientais que influenciam na condição de vida da população que reside no entorno do Lago do Aleixo, visando discutir a relação homem-natureza sob a perspectiva da sustentabilidade ecológica, social, econômica e cultural.

A relevância acadêmico-científica deste estudo correspondeu à necessidade de se construir novos conhecimentos e instrumentais técnicos de análise acerca da questão sócio-ambiental no âmbito das Ciências Sociais, em particular das Ciências Sociais Aplicadas (Serviço Social), considerando a importância de trabalhar com base em uma abordagem interdisciplinar por meio da ótica integrativa do conhecimento.

Neste estudo, foram utilizadas as seguintes categorias de análise: questão sócio-ambiental, relação homem-natureza e condição de vida, tais categorias foram incorporadas a partir de uma exposição teórica que considera a complexidade da realidade sócio-ambiental

partindo de um contexto geral para o específico. Portanto, a natureza da pesquisa se fundamenta numa abordagem quantiqualitativa.

A pesquisa envolveu três lideranças locais e quinze famílias residentes no entorno do Lago do Aleixo, essas famílias residem às margens direita e esquerda do Lago em habitações flutuantes e de terra firme, tal localidade está compreendida entre o bairro Puraquequara e Colônia Antonio Aleixo.

Para a seleção dos sujeitos se utilizou como critérios o fato das famílias residirem no entorno do Lago num período de dez ou mais anos e das lideranças serem representantes das três comunidades situadas às margens do Lago, tais como: Bela Vista, Nova Esperança e Onze de Maio.

Os instrumentos e técnicas adotados na coleta de dados foram: formulário com questões abertas e fechadas, entrevista semi-estruturada, observação direta, registro fotográfico e fonográfico.

Em relação à produção da dissertação, a mesma foi organizada em três capítulos, buscando articular o debate de autores que são referência no que concerne à questão sócio-ambiental e da sustentabilidade com os resultados da pesquisa. Desta forma os capítulos estão assim distribuídos:

O presente capítulo apresentou um debate em tomo da trajetória sócio- histórica da emergência da questão ambiental em nível mundial e suas implicações no que diz respeito à sobrevivência humana. A ênfase desse debate consistiu na reflexão de diferentes visões de

autores contemporâneos que trabalham as seguintes categorias de análise: relação homem-natureza, questão sócio-ambiental e condição de vida. Tais categorias deu suporte ao estudo sobre a condição de vida da população no entorno do Lago do Aleixo, em Manaus/Am, tomando como base a questão sócio-ambiental emergente.

Nesse sentido, este capítulo está dividido em três itens, o primeiro corresponde à apresentação da trajetória sócio-histórica do homem e sua relação com a natureza, enfatizando as transformações e a dinâmica do homem em sociedade, O segundo, diz respeito à emergência sócio-histórica da questão ambiental na sociedade capitalista dando ênfase ao seu surgimento enquanto questão sócio-ambiental dentro do contexto capitalista. Por fim, o terceiro apresenta o marco histórico do debate da questão ambiental na contemporaneidade destacando os principais eventos que emergiram o pensamento ambiental e o surgimento do debate mundial em relação às conseqüências e perspectivas em torno desta questão.

No segundo capítulo abordou-se o desenvolvimento econômico na região Amazônica e suas implicações na esfera ambiental. Partindo da análise da trajetória do processo de industrialização brasileira voltada para as mudanças no âmbito do trabalho e da produção, gerando novas formas de ocupação, mais especificamente na região Amazônica. Também se abordou o fenômeno urbano na Amazônia e os problemas sócio-ambientais decorrentes desse modelo de produção econômica, suas implicações na produção do espaço urbano na cidade de Manaus e quais as estratégias de enfrentamento da questão sócio-ambiental local considerando a existência do maior celeiro de biodiversidade do planeta, a floresta Amazônica.

Já no terceiro capítulo, foi trabalhado aspectos específicos do lócus da pesquisa, fazendo alusão a importância do Lago do Aleixo no âmbito de Manaus e das comunidades próximas, além de entender o processo de chegada e a trajetória da população que reside no entorno do referido Lago. Procurando analisar de que maneira a referida população vive e sob que condições de vida ela se encontra, o que os moradores locais pensam em relação ao aspecto sócio-ambiental, uma vez que se defende que não há separação entre homem e natureza e que esta possui extrema importância na definição do espaço urbano e da condição de vida do homem em sociedade.

## CAPÍTULO I

### Questão Ambiental: dilemas e desafios na contemporaneidade

O presente capítulo objetiva apresentar um debate em torno da relação sócio-histórica do homem/natureza e a emergência da questão ambiental na contemporaneidade e as implicações no que diz respeito à sustentabilidade sócio-econômica, política, cultural, geográfica e ecológica.

A ênfase desse debate consistirá na reflexão de diferentes visões de autores contemporâneos que trabalham as seguintes categorias de análise: relação homem-natureza e a questão ambiental, tais como: Gonçalves (1989), Diegues (1997), Leff (2004) e Sposito (2000). O debate acerca destas categorias servirá como suporte teórico para subsidiar a análise da condição de vida da população no entorno do Lago do Aleixo, em Manaus/Am.

Nesse sentido, este capítulo está dividido em três itens. O primeiro item corresponde à discussão sobre a relação sócio-histórica do homem com a natureza, enfatizando o debate acerca do novo paradigma da relação homem/natureza, realizando uma crítica à perspectiva da relação dicotômica.

O segundo item, diz respeito à emergência sócio-histórica do debate da questão ambiental na sociedade capitalista, dando ênfase ao movimento ambientalista e às correntes do pensamento ambiental contemporâneo.

Por fim, o terceiro item apresenta o marco histórico do debate da questão ambiental na contemporaneidade destacando os principais eventos que emergiram o pensamento ambiental, as estratégias de desenvolvimento econômico na sociedade capitalista e a discussão sobre o desenvolvimento sustentável como nova estratégia frente à questão ambiental contemporânea.

Esta discussão é primordial para se entender a dinâmica do homem em sociedade e a influência antrópica que o mesmo exerce sobre o meio ambiente, bem como para subsidiar a análise da questão ambiental e das novas perspectivas teóricas que tratam da sustentabilidade ambiental, considerando os elementos essenciais à condição de vida dos agentes sociais, tais como: saúde, educação, saneamento básico, transporte, moradia, lazer, dentre outros.

### **1.1 A relação sócio-histórica do homem com a natureza**

Para se realizar uma análise sobre as condições de vida da população no entorno do Lago do Aleixo é necessário discutir sobre a relação homem/natureza, enfatizando as diversas alternativas na busca pela sobrevivência por meio da utilização dos recursos que não só envolvem o estabelecimento do uso, mas também da ocupação espacial.

Para este debate será tomada como referência a discussão acerca desta temática os seguintes autores: Dubos (1974), Diegues (1997), Godelier (1997), Arendt (2004), Leff (2004), Sachs (2002), Cavalcante ((2002), dentre outros.

Essa relação homem-natureza vai além da busca pela sobrevivência, mas está também imbuída de misticismo e de simbolismos compreendendo a esfera cultural e a organização social. A mesma, segundo Diegues (1997), é vista como uma simbiose, tanto no campo da

atividade do fazer, no desenvolvimento de técnicas e de produção, quanto no campo simbólico, tendo sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural.

Compartilhando da mesma perspectiva Godelier (1984) apud Diegues (1997), afirma que a força mais profunda que movimenta o homem, fazendo com que este crie novas formas de sociedade, diz respeito a sua capacidade dinâmica de modificar sua relação com a natureza ao transformá-la.

No entanto, o conceito de natureza foi instituído pelo homem tomando como base o seu processo de desenvolvimento sócio-histórico, sob o qual esse mesmo homem tece suas relações sociais, sua produção material, espiritual e sua cultura. Assim, ao longo da história humana, o homem veio criando estratégias de sobrevivência buscando no meio natural uma fonte que garantisse para si e seus descendentes a continuidade de sua espécie. Dessa forma, a história desde sua origem vem demonstrando que o homem é o ser vivo que mais precisou interagir com o meio natural.

Nessa trajetória, o homem se destaca por ser dotado de racionalidade, diferente dos demais animais porque estes são movidos por instintos para garantir a sobrevivência. Neste sentido, o ser humano desenvolve a capacidade de racionalização, interagindo com o meio natural e desenvolvendo uma aprendizagem.

Dubos (1974, p.11) fazendo uma análise mais profunda dessa existência humana, afirma que o homem é reconhecido “como um ente único por sua voz, suas expressões faciais, seu modo de andar, suas respostas criadoras ao ambiente e aos acontecimentos vivenciados”.

Nesse contexto, o processo de formação sócio-histórica da humanidade evidencia como o homem foi adaptando suas necessidades a um modo de vida específico. Entende-se que o ambiente é importante para a história da vida do homem e que as heranças deixadas dessa relação, a princípio, implicam no futuro presente de sua história e na determinação da sua condição humana.

Por condição humana, Arendt (2004, p.17) defende que esta corresponde à soma das atividades e das capacidades humanas e afirma que esta “compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem”, pois a autora reforça a tese de que tudo aquilo com o qual o homem entra em contato favorece a sua condição de existência, uma vez que os homens produzem coisas a partir de sua atividade humana e essa produção também os condiciona, pois a tendência das coisas que devem sua existência aos homens é também condicionar seus próprios autores.

Para se entender a respeito das estratégias de sobrevivência dos homens em sociedade e sua relação com o meio, é necessário saber como as relações entre estes são instituídas. Entende-se que todo esse processo de transformação e de desenvolvimento da constituição sócio-histórica da humanidade foi decorrente das modificações ocorridas na base econômica e política. Ao longo do seu processo histórico, o homem desenvolveu organizações sociais engendradas por apropriação comunal dos espaços e dos recursos naturais, tendo em vista a capacidade de elaboração de instrumentos e de técnicas que possibilitaram a apreensão e o manejo do mundo natural.

No entanto, a relação dualista homem/natureza, que se contrapõe a outras formas de pensar, ainda é característica marcante do mundo ocidental, pois concebe o homem numa

visão antropocêntrica que o coloca no centro do mundo, consagrando a sua capacidade no tocante ao domínio desta natureza. Assim, é imprescindível a realização de uma discussão crítica sobre a perspectiva que evidencia a relação homem e natureza como uma relação dicotômica, bem como apresentar o novo paradigma que discute a relação homem/natureza como elementos indissociáveis.

### **1.1.1 – Novo paradigma da relação homem/natureza: a crítica à perspectiva da relação dicotômica**

O ser humano se diferencia de outros animais pela capacidade de acumulação de conhecimento por vivenciar, no contexto de sua prática, uma relação recíproca de ação-reflexão-ação e de se relacionar em sociedade. Essa dinâmica possibilitou a ele a criação da cultura tornando-o distinto das demais vidas animais que não possuem essa capacidade.

Definindo cultura, Gonçalves (1989, p.75) afirma que esta “é tomada como algo superior e que conseguiu controlar a natureza [...]” e que é instituída num “processo cheio de tensões entre diversos possíveis históricos”. Concordando da mesma ideia Soares (2003, p.21) “entende como sendo aquilo que transcende as leis e desdobramento do mundo físico”. A cultura no pensamento ocidental se apresenta como a constituição de ideias, costumes e práticas, a existência de pensamento, valores, leis, dentre outros, no contexto da existência humana.

No entanto, entende-se que somos a totalidade do que vivenciamos e estamos engendrados numa relação de interação e de troca com o ambiente. Assim, percebe-se que nada é estático, nem isolado das coisas ao seu redor, sendo que a natureza faz parte do

desenvolvimento humano, representando também o conjunto de tudo o que existe, além de se referir aos fenômenos e processos ligados aos seres vivos.

A idéia do que seja a natureza foi instituída pelos homens, pois essa constitui um dos pilares na qual se erguem as relações sociais e sua produção material. Segundo Gonçalves (1989) o termo natureza se define em nossa sociedade como algo que se opõe à cultura, pois a cultura, por tornar distinto o ser humano das demais coisas, possibilita a constituição do ambiente humano.

No entanto, a visão tradicional de que o homem é o sujeito e a natureza é o objeto a ser dominado, nos remete a repensar qual a relação homem-natureza dentro de um contexto que separa esse sujeito do objeto. Diante disso, é possível perceber o equívoco elaborado por essa visão, pois se entende que o homem é parte indissociável da natureza e que, portanto, ele também é natureza.

Segundo Gonçalves (Idem), apesar desta ser uma concepção predominante, verifica-se que outras noções sempre subsistiram com a idéia de que a natureza e homem são sujeitos de um mesmo processo, havendo uma relação de dependência.

Nesse contexto, Gonçalves (1989, p.94) explicita que “[...] o homem é um ser que por natureza produz cultura; [...] e ao longo da história criou normas, regras e instituições desenvolvendo a sua própria natureza não só em função do estímulo advindos do meio ambiente, mas das relações que os homens estabelecem entre si”.

Ao longo da história tem-se atribuído à sociedade ocidental, e em particular, à cultura judaico-cristã, a responsabilidade pela disseminação desta noção, pois de acordo com Soares (2003, p.24) “[...] esta é uma cultura que, embora ainda dependa da natureza, nega-a e tenta superá-la, isolá-la, controlá-la, domesticá-la”.

Esta noção se expressa por meio da visão antropocêntrica, na qual entende o homem como centro do mundo, sendo por um lado visto como sujeito dominador e por outro, a natureza como objeto dominado, consagrando a capacidade humana de dominação desta última. Esta concepção, segundo Gonçalves (1989), foi responsável pela dicotomia da realidade objetivada pelos homens, pois a natureza é vista como algo exterior a este, o que pressupõe a idéia de que o homem não faz parte dela.

Portanto, esta realidade se cristaliza com a civilização industrial, inaugurada pelo capitalismo, fortalecendo a percepção de que as ciências da natureza se separam da ciência dos homens e assim qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de forma integrada, torna-se mais difícil.

Porém, a relação homem-natureza, contrária à relação sujeito-objeto pressupõe um diálogo permanente, pois Spinoza *apud* Gonçalves (1989) sinaliza que todo o ser é potência e que a potencialidade de cada ser se desenvolve nesta relação. Para tanto, o homem não se constitui como uma entidade dissociada da natureza, pois afetamos e somos afetados pelo ambiente, uma vez que esta relação não está desvinculada das dimensões sócio-políticas, econômica e cultural.

Por outro lado, o modelo de produção econômico da sociedade contemporânea, voltado para o processo de produção em massa gera escassez dos recursos naturais devido à necessidade imposta pelo mercado desenfreado de consumo. Mas, se de um lado essa mesma natureza é tida como elemento essencial para esse modelo, do outro, não é percebida como recurso finito, sendo utilizada de forma predatória.

O resultado desse padrão de produção e consumo trouxe questionamentos a respeito do surgimento de diversas problemáticas tais como: poluições dos rios, do ar, acidentes ambientais, deterioração dos ambientes e dos recursos naturais; limitação desses recursos, crescimento da urbanização de modo acelerado resultando em inúmeras perturbações de origem antrópica; o uso de agrotóxico, modificações genéticas, dentre outros.

Sendo assim, tais problemáticas são expressões do resultado da relação homem/natureza. A falta de observância a respeito dos limites dos recursos naturais e da dependência econômica em relação a estes, traz à tona a discussão a respeito da questão sócio-ambiental e suas implicações na sobrevivência da espécie humana e dos ecossistemas.

## **1.2 A emergência sócio-histórica do debate da questão ambiental na sociedade capitalista**

A emergência sócio-histórica da questão ambiental ganhou ênfase em decorrência da intensificação da problemática ambiental decorrente do excessivo consumo de recursos naturais renováveis e não-renováveis, resultante do modelo de exploração dos recursos que predomina na sociedade capitalista, buscando constante expansão e a eficiência na produção.

Este sistema tem como propósito a livre expansão das forças do mercado, a produção em massa, o aumento de novas tecnologias, o acúmulo de lucros, a aceleração do processo de urbanização, o crescimento econômico, a desigual distribuição de renda, dentre outras problemáticas sociais, aliadas ao mau gerenciamento ambiental resultante da falta de conservação ou da preservação dos recursos naturais, como uma das principais premissas de valorização e sustentação da vida em sociedade.

O mau gerenciamento está relacionado ao modo como o homem se relaciona com a natureza, em que de acordo com Reigota (1994) *apud* Nogueira *et al* (2005), o mesmo apesar de se considerar como um elemento da natureza, vive como se fosse o observador e explorador da mesma, há um distanciamento que resulta no desenvolvimento de ações, tidas como racionais que trazem conseqüências graves aos ecossistemas.

Neste contexto, o intercâmbio entre a relação homem e natureza e do processo de apropriação desses recursos, emergem questões que dizem respeito não só ao uso dos recursos para satisfazer as necessidades imediatas de sobrevivência, mas também de orientar esse homem para uma vida sócio-política e cultural de maneira mais saudável.

A atual crise ambiental se apresenta com variado elenco de questões e preocupações relativas à pressão e à degradação entrópica, pois o modo de produção inerente à sociedade capitalista impôs a exigência de dominar a natureza, sem se dá conta das conseqüências geradas por esse histórico de degradação ao meio ambiente.

Nessa trajetória, exige-se uma necessária revisão do modelo de uso e gestão dos recursos naturais e conduz a inúmeros debates em torno da possibilidade de conjugar

desenvolvimento social e econômico, pois a dinâmica de reprodução, exploração e acumulação, durante o processo de modernização desse sistema, geraram inúmeras questões de ordem sócio-política e ambiental.

Assim, tem-se reivindicado da comunidade científica, dos movimentos sociais, das representações civis e governamentais, ações que visem a traçar um reordenamento estratégico na elaboração de planos globais e/ou setoriais dentro de uma dimensão sócio-ambiental voltados para um estudo/diagnóstico dos impactos ambientais que comprometem a sobrevivência de todas as espécies e a efetivação de ações voltadas para a qualidade e a defesa da vida.

No entanto, o capitalismo trouxe, juntamente com essas mudanças, inúmeros problemas sócio-ambientais advindos da rápida industrialização, tais como: o desequilíbrio entre a população urbana e rural, resultando em uma alta densidade populacional nas cidades; ocupação urbana desordenada e sem planejamento; o crescente acúmulo de lixo urbano e industrial; a poluição do ar, do solo, da água e dos mananciais; o assoreamento dos rios e lagos; perda da fertilidade dos solos e a conseqüente erosão das áreas cultiváveis; o uso de agrotóxicos na produção agrícola; o surgimento do buraco na camada de ozônio; ampliação do efeito estufa provocando o aquecimento global; perda da biodiversidade; proliferação da fome; falta de políticas públicas efetivas na área da educação; o alargamento das desigualdades sociais; a falta de estrutura como rede de água e esgoto; surtos de doenças endêmicas, dentre outras.

Neste sentido, há necessidade de se discutir estratégias capazes de apontar mudanças frentes às referidas problemáticas, trabalhando alternativas voltadas para a conscientização e sensibilização sobre a educação e conservação ambiental, pois o agravamento da crise

ambiental se tornou um problema mundial, vinculado à questão de segurança e de sobrevivência não só dos seres humanos, mas também do planeta.

Para se buscar uma forma estratégica no tratar da questão ambiental decorrente da apropriação desmedida e desigual da natureza, Leff (2004, p.11) sugere que o “uso dos recursos naturais pela sociedade passaria a ser orientado por uma nova racionalidade, incorporando os princípios de democracia ambiental e a equidade social, econômica e cultural”. Segundo o autor, esse processo necessita de transformações de valores erigidos sob uma nova ética do homem capaz de abandonar a idéia de separação entre este e o meio ambiente, em que o mesmo entenda que as relações sociedade-natureza são indissociáveis.

De acordo com Leff (2004), trata-se de uma ética que traga ao homem um propósito de valorização da vida, ciente de que ele é parte indissolúvel do meio ambiente, mantendo relações dialogais com seus semelhantes, com outros seres vivos e com a natureza. Uma ética que seja baseada em novos valores de cooperação, qualidade, participação, integração, considerando a vida em todas as suas dimensões.

Atenta-se para a mudança de padrões de comportamento, atitudes, posturas e hábitos em consonância com a natureza, pois serão de grande relevância para a obtenção de uma melhor qualidade de vida frente aos problemas ambientais enfrentados na contemporaneidade.

Por outro lado, a sociedade capitalista vêm contribuindo cada vez mais para o alargamento dessa crise ambiental. A capacidade de resistência frente à degradação entrópica busca por mudanças propícias ao ritmo compatível com os equilíbrios do sistema biosférico como um todo.

Portanto, entende-se que a questão ambiental se tornou preocupação a partir da proliferação do setor industrial e do surgimento do espaço urbano. Sposito (2000) afirma que a emergência do urbano tem uma explicação social e política, e que as estratégias de ocupação espacial tiveram presentes nos diversos momentos históricos, pois nesse contexto, um dos fatores imprescindível foi e sempre será a manutenção da sobrevivência humana e de melhores condições de vida.

O sistema capitalista, em contrapartida, adotou um estilo de desenvolvimento pautado sob a égide do avanço tecnológico incompatível com a sustentabilidade biológica, social e cultural, determinando a relação de exploração do homem pelo homem e da natureza pelo homem. Numa análise simplificada Leff (2004, p.46) afirma que “o ambiente aparece como o campo de externalidade da racionalidade econômica que se manifesta na degradação ambiental”.

Marx (1993) ao interpretar a natureza humana, vinculou esta ao modo de produção ao analisar os princípios fundamentais da dinâmica e da dialética da mudança sócio-ecológica, dizendo que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação inicia, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Assim agindo sobre a natureza externa e modificando-a, ele ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e as submete ao seu domínio.(p.116)

Diante disso, considera-se que é urgente a definição de estratégias voltadas para uma postura ético-política, que seja capaz de encontrar alternativas econômicas e sociais em face da situação de agravamento da questão ambiental. Ao mesmo tempo, direcionar propostas de

desenvolvimento que respeitem os limites do ambiente primando pela sustentabilidade dos recursos naturais no âmbito da sociedade contemporânea.

### **1.2.1 O movimento ambientalista e as correntes de pensamento ambiental**

O homem se situa na história como arquiteto de seu próprio destino e agente transformador no curso de sua prática cotidiana voltada para a construção e reconstrução de mundo. Este em busca da sobrevivência e valorizando o mundo das coisas, encontra na natureza uma aliada para a manutenção da vida; ao mesmo tempo interage e percebe as múltiplas implicações desse relacionamento, descobrindo que existem processos de vida e morte, perdas e ganhos, mudança e manutenção, tempo passado, presente e futuro.

O ambientalismo, segundo estudiosos da temática, nasceu em áreas onde estavam sendo implantadas práticas de exploração colonial e predatória, como a América Latina, Caribe, África do Sul e Austrália, desmistificando a tese de que o ambientalismo é preocupação básica do primeiro mundo.

Assim, Pádua (1997) defende que o Brasil foi o local onde se concentrou um dos principais focos em torno do movimento ambientalista, isto se deve em razão dos críticos do modelo de exploração colonial, entender que os moldes de estabelecimento de formas econômicas de exploração desencadeavam processos agressores ao meio ambiente fazendo com que os intelectuais percebessem os efeitos da degradação.

Entende-se que esse movimento no âmbito do Brasil, não ocorreu em relação à eficiência do modo de exploração e colonização do país, mas surgiu como uma rejeição ao

processo de colonização vivenciado numa perspectiva de transformação e modificação das forças agressivas, destrutivas e insustentáveis da exploração colonial frente à vasta riqueza natural do país.

Soares (2003, p.14) afirma que é possível encontrar no ambientalismo “posturas subjetivas, defesas ideológicas, afloramento de emoções, proposições, projetos e até mesmo utopias”. Mas, identifica-se, ao longo das referências, uma gama de novas perspectivas para a compreensão do mundo natural, como a definição de ecologia, que o referido autor classifica como não sendo mais uma ciência, assim como ambientalismo que não compreende um jargão passageiro, mas formas de compreensão de mundo, à medida que levam o homem a refletir sobre fenômenos e relações sobre as quais não eram mais pensadas.

Sendo assim, o termo natureza ganha uma conotação mais clara quando Soares (2003) o interpreta não só como fenômenos e processos ocorridos com os seres vivos e não-vivos no planeta, mas também um conjunto de tudo o que existe e de existência estimada, envolvendo as relações e processos que elas engendram e das quais fazem parte. O referido autor lança também a proposta de definição a respeito de ambiente, enfatizando que ambiente de um indivíduo é todo o espaço, todas as coisas vivas e não-vivas, todos os processos e relações que dizem respeito à natureza e à cultura onde ele está inserido, com os quais este se relaciona e dos quais depende e os modifica.

Diante dessas prerrogativas, o ambientalismo tem-se apresentado como um conjunto de associações e de idéias em defesa ambiental, tendo como palco a sociedade civil organizada, por meios dos movimentos sociais, que tem como objetivo a defesa da vida em todas as esferas, em prol do bem-estar da relação homem/natureza.

Nesse contexto, Diegues (2000) defende que as questões ambientais afetam diretamente as condições de sobrevivência da vida na terra e as relações entre grupos sociais. Por esse aspecto, o autor considera que têm surgido concepções ambientalistas que apontam soluções para tais questões por vias tecnocratas e neoliberais. Algumas definições não inserem a relação homem e natureza, trazendo aspectos meramente técnicos e científicos.

Dessa forma, Diegues (Idem) critica a definição de conservação proposta pela World Wide Fund for Nature (WWF), o qual defende o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas.

No Brasil, segundo Diegues (2000), a definição do termo conservação, denota o mesmo sentido da definição proposta pela WWF, como pode ser identificado na definição apresentada no Projeto de Lei nº 2.892, de 1992 do Sistema Nacional de Unidades e Conservação (SNUC), no qual elenca que:

Conservação é o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. (p. 02)

Observa-se que esta definição inclui o conceito de desenvolvimento sustentável, abrindo precedente para se repensar mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais, uma vez que, sustentabilidade é entendida como um conceito que integra e unifica que seja capaz de dialogar com os diferentes segmentos sociais com objetivos voltados para uma

atuação em conjunto, visando à conservação ambiental e da biodiversidade, por meio da implantação de tecnologias direcionadas à subsistência do ecossistema.

Diegues (2000), ao realizar uma crítica à visão de Sunkel (1986) sobre a utilização do termo conservação, ressalta que o autor utiliza este termo no seu sentido mais estrito, como atividades de proteção, manutenção e restauração do mundo natural, com medidas tais como a implantação de áreas protegidas. Sunkel (1986) apud Diegues (2000) entende, ainda, que o termo conservação é usado na América Latina, no que diz respeito à proteção dos recursos naturais, como uma teoria que torna o meio ambiente o menos tocado possível.

Neste sentido, com base na perspectiva de Diegues (2000), entende-se que Sunkel (1986) apresenta uma visão equivocada do termo conservação, pois o mesmo defende a idéia de proteção dos recursos naturais e do meio ambiente o menos tocado possível, idéia esta que comunga com as propostas defendidas pelas correntes preservacionistas que partilham da concepção da intocabilidade da natureza pelo homem.

No entanto, Diegues (Idem) traça uma crítica dizendo que esses conservacionistas partem do princípio de que as questões naturais exigem soluções aplicáveis em todos os cantos do mundo, pois entendem que as relações entre as diversas sociedades e o mundo natural são as mesmas em todos os lugares. Os defensores dessa idéia, não levam em conta que outros países e sociedades possuem características ecológicas e sociais diferentes.

Na visão de Diegues (2000), o pensamento conservacionista defendido pela corrente ecocêntrica afirma que o ser humano é somente uma espécie entre as demais, defendendo não somente a redução populacional na terra, mas também o não direito de dominação do ser

humano sobre as demais espécies. Outra corrente, criticada por Diegues (2000) é a antropocêntrica, pois a mesma defende a dicotomia entre o homem e a natureza, concebendo ao ser humano o direito de controle e posse sobre os demais seres da natureza.

A última corrente conservacionista criticada pelo referido autor é a biocêntrica, que traz um nível mais profundo de consciência ecológica, pois defende que a vida seja humana, seja não humana, possui valores intrínsecos, advertindo que o homem não tem direito de reduzir a biodiversidade, a menos que seja para satisfazer suas necessidades vitais; que o florescimento da vida exige um decréscimo da população humana e as políticas públicas devem ser mudadas, afetando as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas.

Deste modo, Diegues (2000, p. 09) afirma que estas correntes conservacionistas partem de uma perspectiva mais estrita do que as correntes preservacionistas, pois comungam da idéia de que “[...] a natureza deve ser preservada por ela própria, independente da contribuição que as áreas naturais protegidas possam fazer ao bem-estar humano”.

Segundo Diegues (2004, p.17), a corrente preservacionista, “levantou problemas de caráter político, social e econômico e não se reduz somente a questão de conservação natural e proteção da biodiversidade”. Dentre os problemas que o autor chama atenção, um consiste nos tipos e nas características dessas unidades de conservação, pois desconsideram a presença de populações humanas, mesmo aquelas que por direito natural já habitavam essas unidades como as consideradas tradicionais; outro é o impacto político-territorial e fundiário gerado pela criação dessas áreas protegidas, sem considerar as especificidades dos países de terceiro mundo; por último diz respeito aos problemas sociais e étnicos relativos à expulsão de populações tradicionais, indígenas ou não, dos seus territórios ancestrais.

Nesse contexto, as diferentes correntes apresentadas chamam atenção pelo caráter reducionista e limitado dos aspectos sociais, econômicos e políticos que envolvem cada tomada de decisão. A exemplo disso, no caso da criação de parques e unidades de conservação, apontadas pelos teóricos, as autoridades não percebem as populações tradicionais do ponto de vista à incorporá-las no projeto de conservação, além de serem colocadas à margem das decisões pelo fato de serem estereotipadas como analfabetas e sem poder político de decisão.

Diante das posições autoritárias de cientistas da corrente conservacionista, despontam-se os enfoques de alguns cientistas naturais que partilham da idéia de reconhecer o papel do conhecimento das comunidades tradicionais na conservação, por meio da incorporação das populações tradicionais nas estratégias de conservação.

O surgimento da corrente do novo naturalismo é uma proposta apontada por Moscovici (1974) *apud* Diegues (2000) que se insere dentro desta última perspectiva, pois esta corrente afirma que há uma unidade entre a sociedade e a natureza, entre a ciência do homem e da natureza. O homem está dentro da natureza, pois ela não é um meio exterior ao qual o homem se adapta; o homem é natureza e a natureza, seu mundo.

Segundo Moscovici (1974) *apud* Diegues (2000), o novo naturalismo se afirma como uma nova relação entre homem e natureza e baseia-se em três idéias: o homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto; a natureza é parte integrante de nossa história; a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza. Dessa forma, o novo naturalismo para Moscovici, traz a proposta de que a natureza não só é um lugar onde o

homem pode interagir mas também é uma realidade aberta que ele pode ajudar a construir. Assim, nessa teoria, a natureza denota diversidade e existência complementar, estreitando os vínculos entre homem e natureza.

Por outro lado, o ecologismo social, apontado por Viola (1991) *apud* Diegues (2000) luta por manter nas suas áreas as populações tradicionais, pois o acesso aos recursos naturais de seus territórios, a valorização do extrativismo e os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas, inclui o interesse do modo de vida desses moradores e obriga-se a repensar a proposta de criação e função desses parques nacionais e reservas.

No entanto, defende-se que no âmbito dos movimentos ambientalistas, a participação e a consciência ambiental, através da crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda, são extremamente importantes para perceber que o desenvolvimento visto a partir do viés ambiental é perverso e degradador dos recursos naturais, além de não reconhecer que a conservação da diversidade biológica e cultural devem caminhar juntas.

### **1.3 O marco histórico do debate da questão ambiental na contemporaneidade**

No âmbito do debate acerca da questão ambiental, várias concepções teóricas são apresentadas, entretanto a ciência ainda precisa avançar em relação à produção de um saber voltado para a desconstrução de uma realidade que percebe o meio ambiente de forma fragmentada, trabalhando os problemas ambientais de forma isolada. Revalorizar o conhecimento científico e o saber tradicional (popular) de forma articulada e desmistificar a

naturalização do processo de dominação político e econômico que inclui a sociedade como um ecossistema global.

Nas ciências, há necessidade de uma compreensão mais ampliada acerca da questão ambiental que contemple não somente a problemática da degradação e do esgotamento dos recursos naturais, mas também que considere as contradições resultantes das interações internas ao sistema social e com o meio que o envolve, a expansão urbana e demográfica, o crescimento acentuado das desigualdades sócio-econômicas, a questão ética e cultural, dentre outros.

Diante disso, Leff (2004) ao chamar atenção para a construção de uma nova racionalidade ambiental, sugere a epistemologia ambiental como meio principal para a busca do conhecimento, pois a mesma representa mais do que um projeto com o objetivo de apreender um novo objeto do conhecimento e uma reintegração desse saber é antes de tudo um percurso para se entender o que é ambiente.

Leff (2004, p. 16) define como sendo “ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que têm sido inscritas nas formas dominantes do conhecimento”.

Neste sentido, com base na definição de ambiente apresentada por Leff (2004) entende-se que na visão predominante da ciência acerca do conceito de meio ambiente está pautada no entendimento do mesmo como um espaço físico e/ou de ecossistema natural, constituído por fauna e flora.

Portanto, com base na perspectiva de Leff (2004), o surgimento e a evolução do pensamento ambiental, atrelado diretamente ao desenvolvimento das ciências, servem de suporte para o entendimento do processo de desequilíbrio ambiental planetário, para ampliar discussões que são de caráter político, econômico e social e tendo como pauta a gestão dos recursos naturais e a busca pelo reconhecimento dos direitos sociais.

Dentre as inúmeras questões debatidas no âmbito científico, governamental e da sociedade civil, a questão da preservação e do equilíbrio ambiental foi e têm sido motivos para diversos encontros, debates, acordos e decisões por parte de diversos países. Tais eventos possibilitaram, além da discussão dos problemas ambientais gerados na sociedade contemporânea, alternativas e ações voltadas não só para a qualidade de vida, mas também para a conservação da sobrevivência humana.

A década de 50 foi marcada por expressivas manifestações em torno da problemática ambiental, dentre estas a preocupação por parte da comunidade científica e da Organização das Nações Unidas (ONU), em relação à destruição das áreas naturais e às estratégias de contenção. Nesse período, a chamada Revolução Verde, defendia um novo modelo tecnológico de produção agrícola, adotado pelos países do Terceiro Mundo, em que consistia no desenvolvimento de práticas agrícolas baseadas na utilização intensiva de produtos químicos e de novos instrumentos mecânicos na agricultura, fato este denunciado e criticado por tais movimentos.

Outro fato marcante que impulsionou o aumento da consciência ambiental aconteceu em 1962, quando foi publicado o livro da jornalista americana Rachel Carson intitulado “Primavera Silenciosa”. Considerado um clássico, o livro denunciava a diminuição da

qualidade de vida devido ao uso excessivo de inseticida, pesticida e outros produtos químicos na produção agrícola, contaminando alimentos e deixando resíduos sólidos no meio ambiente.

Atualmente, sabe-se que a expansão e o desenvolvimento de novas técnicas possibilitaram às empresas investir no ramo das pesquisas voltadas para a área da biotecnologia. Utilizando material biológico de plantas e animais, estas desenvolveram pesquisas as quais resultaram na produção e utilização de organismos geneticamente modificados, os chamados transgênicos.

O Ministério do Meio Ambiente - MMA (2001), no Curso de Educação Ambiental, no qual se discutiu os seguintes temas: questões ambientais, conceito história, problemas e alternativas, ressalta que a “*Accademia dei Lincei*”, em Roma, no mês de abril de 1968, foi palco de uma reunião intitulada Clube de Roma, envolvendo cientistas de diversas áreas do conhecimento, educadores, humanistas, economistas, industriais, líderes políticos e chefes de estado de diversos países. O objetivo era discutir e refletir sobre a crise, os dilemas atuais e futuro da humanidade, expondo como preocupação mundial: a pobreza, o crescimento urbano acelerado, a exploração, a desigualdade social e a deterioração do meio ambiente.

Na primeira reunião, o Clube de Roma, chegou à conclusão que o mundo teria que diminuir a produção, de forma que os recursos naturais fossem menos utilizados e que houvesse uma redução gradual dos resíduos, sobretudo o lixo industrial. A partir desse encontro foi produzida uma série de relatórios a respeito dessa questão, entre esses um intitulado “Os limites do Crescimento”, publicado em 1972, que faz uma análise dos impactos ambientais, caso a humanidade não mude seus métodos econômicos de produção (MMA, 2001).

A problemática ambiental, como objeto de preocupação de todos os países do mundo, foi alvo de outra iniciativa importante. Segundo o documento do MMA (2001), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada no ano de 1972, elaborou-se a Declaração de Estocolmo que indicava a necessidade de se introduzir a Educação Ambiental como um instrumento estratégico na busca da melhoria da qualidade de vida e na construção do desenvolvimento, emergindo, assim, o termo *ecodesenvolvimento*, entendido como uma outra modalidade de desenvolvimento menos agressivo à natureza.

Os debates realizados na mesma foram bastante incisivos no que se refere à questão do desenvolvimento da sociedade sem causar efeitos catastróficos ao meio ambiente, sobressaindo duas correntes de pensamentos de movimentos ambientalistas; uma que defendia a paralisação imediata do crescimento econômico e populacional; e outra, que sugeria o estabelecimento de instrumentos de proteção ambiental para atuar sobre os problemas causados pelo desenvolvimento econômico vigente, assim como atingir uma estabilização populacional, revertendo a dinâmica demográfica, em curto prazo.

O termo *ecodesenvolvimento*, em 1973, foi ampliado por Ignacy Sachs que passou a compreendê-lo com base em três critérios: justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica, originando assim o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*.

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Sachs (2002), deve articular princípios de justiça social, viabilidade econômica e prudência ecológica, sob a égide de uma nova estratégia de sustentabilidade, em que a Educação Ambiental se apresenta como alavanca indispensável de sua construção.

Em 1975, no Encontro de Belgrado, na Iugoslávia, ainda seguindo as recomendações da Conferência de Estocolmo, foram formulados princípios básicos para a criação de um programa de Educação Ambiental. Surgia a Carta de Belgrado que preconizou a necessidade de uma ética global, capaz de promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e dominação humana. (MMA, Idem)

Tal Encontro foi importante para o marco histórico da Educação Ambiental, pois este teve como meta o desenvolvimento da consciência e interesse pelas questões e problemas ambientais, por parte da população mundial, despertando o desejo individual ou coletivo pela busca de soluções e de prevenções de tais problemas.

A primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental ocorreu em 1977, em Tbilisi, na Geórgia, ex-União Soviética (URSS). Promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foram elaborados os objetivos, os princípios, os critérios orientadores, as estratégias e as recomendações acerca desta temática. (MMA, Idem). A Declaração aprovada nessa Conferência enfatiza que a Educação Ambiental deve:

[...] preparar o indivíduo mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, possibilitando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente considerando os valores éticos. (MMA, 2001, p.26)

Dessa forma a educação surge como estratégia de enfrentamento da questão ambiental, com base interdisciplinar, prima pela participação efetiva de todos e conclama aos Estados Membros a inclusão de políticas educacionais que envolvam características e

objetivos voltados para uma educação ambiental. Assim, entende-se que em se tratando da relação educação e questão ambiental existe forte ênfase política, revestida em discurso meramente técnico e sem questionamento.

No Congresso Internacional sobre a Educação e Formação relativas ao Meio Ambiente, em 1987, realizado em Moscou pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foram avaliados os resultados das discussões acerca da questão ambiental nos últimos dez anos (Conferência de Tbilisi) e traçada a estratégia internacional de ação em educação ambiental para a década de 90. (MMA, 2001)

Esse encontro ressaltou a necessidade de fortalecer as orientações formuladas pela Conferência de Tbilisi, adaptando-as às novas problemáticas, aplicando modelos eficazes de educação, formação e informação em matéria de meio ambiente. Os setores educacionais se apresentavam como um meio privilegiado na promoção dos novos valores éticos voltados para a educação ambiental, vendo nos educadores um papel fundamental na clarificação das questões e dos problemas trazidos por essa problemática.

Outro evento de destaque, segundo o MMA (2001), no trato da questão ambiental em 1987, foi o Relatório de Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Elaborado pela Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Tal comissão era presidida pela presidenta do partido dos trabalhadores e primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland e vinculada à ONU.

Ao tratar do conceito de sustentabilidade dentro de um novo modelo de desenvolvimento (Desenvolvimento Sustentável), este relatório sugeriu um novo paradigma civilizatório e apresentou uma nova perspectiva de abordagem sobre a questão ambiental, entendendo-a como algo que não somente ultrapassa limites geográficos, barreiras econômicas e posições político-ideológicas, assim também como um problema planetário, indissociável do processo econômico e social.

A proposta foi definir medidas a serem tomadas tanto no âmbito nacional: limitação do crescimento populacional, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, diminuição do consumo de energia, dentre outros; quanto no âmbito internacional: a proteção dos ecossistemas por parte da comunidade internacional, o banimento das guerras, a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável pela ONU, dentre outros. Acredita-se que tal relatório não altera o sentido da dominação na ótica internacional, primando pela manutenção da ordem estabelecida.

Após vinte anos da primeira Conferência, em 1992, é realizada na cidade do Rio de Janeiro a II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvido, a ECO-92, intitulada também de “Cúpula da Terra”. Tal evento reuniu 179 países e trouxe dentre outros objetivos a reafirmação da Declaração de Estocolmo. (MMA, 2001)

A mais importante contribuição desse evento foi a elaboração da Agenda 21, que reconheceu a necessidade de considerar o processo educacional como ponto fundamental e estratégico para o desenvolvimento de uma consciência voltada para o alcance da preservação dos recursos naturais. Defendeu ainda, a criação de uma nova ética ambiental do desenvolvimento.

A educação passou a ter um papel fundamental, os esforços estariam relacionados com a universalização da educação básica para a diminuição do analfabetismo e a inclusão da educação ambiental voltada para todos os níveis de ensino integrando os conceitos de meio ambiente e desenvolvimento, com ênfase na discussão dos problemas ambientais.

Assim, o ensino como medida para o aumento da conscientização da sociedade e o treinamento estão vinculados a todas as áreas do programa da Agenda 21. E ainda no que se refere à satisfação das necessidades básicas, o fortalecimento institucional e técnico, dados e informação e o papel significativo da ciência.

Tal documento teve ainda como objetivos estabelecidos: endossar as recomendações da Conferência Mundial sobre Ensino para Todos; desenvolver consciência do meio ambiente e desenvolvimento em todos os setores da sociedade em escala mundial; lutar para facilitar o acesso à educação sobre meio ambiente e desenvolvimento; promover a integração de conceitos de ambiente e desenvolvimento em todos os programas de ensino. A Agenda 21 defendeu ainda, a promoção de um novo estilo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, e em sua pauta de ações recomendou, para os países envolvidos, mudanças nos padrões de consumo e na adoção de processos que queiram reorientar a produção econômica.

O papel da educação, na promoção do desenvolvimento sustentável, é enfatizado levando em conta a promoção da consciência ambiental por parte dos países, instituições adequadas e organizações internacionais empreendendo dois esforços em conjunto: a universalização da educação básica para a diminuição do analfabetismo e na recomendação

que seja ensinada, desde a pequena idade até a fase adulta, integrando o conceito de meio ambiente com desenvolvimento voltado para os problemas locais.

Enfatiza ainda, que a educação proponha valores, tais como: de cooperação, de democracia e participação, de sustentabilidade, como uma ética, e de uma globalização afirmativa de tais preceitos. Tal documento não é somente uma declaração de princípios e intenções, mas também diz respeito a sugestões de ações, agentes sociais, metodologias para obtenção de consenso, mecanismos institucionais para implementação e monitoramento de programas com previsão de custos, dentre outros.

No entanto, entende-se que em todo e qualquer movimento social é gerada uma tomada de consciência por parte dos envolvidos, abrindo espaços para discussões e debates na busca de soluções para os seus propósitos. Mas, apesar de as Conferências Mundiais e os fóruns de debates primarem pela busca de estratégias e ações voltadas para o enfrentamento da questão ambiental com aparente desejo de salvar o planeta dos desastres ecológicos, aqueles em suas discussões não sinalizaram qualquer intenção de questionamento com relação ao modelo econômico de dominação.

Entende-se que a degradação ambiental não é uma questão recente, há algum tempo não representava ameaça à natureza e não se configurava um problema. Hoje é resultado, dentre outros fatores, da dinâmica de um modelo hegemônico de desenvolvimento econômico, o sistema capitalista.

No entanto, é possível entender que com o advento do sistema capitalista e o surgimento da industrialização redefiniu-se a relação entre a sociedade e a natureza, relação

esta em que a cidade se apresenta como espaço de suporte para a atividade mercantil e industrial, reunindo condições necessárias e condizentes com os interesses desse sistema econômico.

### **1.3.1 - As estratégias de desenvolvimento econômico na sociedade capitalista**

Observa-se uma tendência entre os estudiosos do assunto, em se buscar a origem do sistema capitalista nas relações comerciais durante as mudanças econômicas no mundo medieval, associando estas à ampliação do mercado.

Contra-pondo-se a essa tendência, Marx (1993) buscou a essência desse sistema tomando como base o modo de produção capitalista a partir da maneira como se definiu a propriedade dos meios de produção e as relações sociais entre os homens. Este se referiu ao capitalismo como um modo de produção condicionado a um estágio de produtividade social, constituída a partir de uma definida modalidade histórica de forças produtivas.

No entanto, entende-se que uma das principais características do processo de produção capitalista é que este nasceu no âmbito do comércio e que a acumulação se deu na esfera da circulação de mercadoria, sempre tendo como objetivo maior, o acúmulo de riqueza.

A base para o seu desenvolvimento econômico passou a ser delineada a partir da constituição das cidades como centro da economia e da produção industrial. Assim, a Revolução Industrial no final do século XVIII foi extremamente importante para a economia européia, esta trouxe transformações na estrutura e na organização da indústria.

Para Dobb (1987) a Revolução Industrial representou a transição de um estágio inicial e imaturo do capitalismo, uma vez que o modo de produção no período pré-capitalista foi influenciado pelo capital. E com base na transformação técnica, atingiu seu próprio processo específico de produção voltado para uma unidade de produção em grande escala na fábrica.

Desse modo, o desenvolvimento do capitalismo foi marcado pelas mudanças técnicas no âmbito da produção e o liberalismo econômico trouxe a possibilidade de homens com poucos privilégios e posição social a buscarem suporte através de alianças com capitalistas.

O liberalismo econômico, segundo Smith (1979), economista defensor da teoria liberal, correspondia a interesses dos capitalistas industriais, voltando-se para a expansão de suas atividades de mercados livres e competitivos. Para tanto, o economista ao destacar a existência de uma mão invisível<sup>1</sup>, na qual esta situa a luta pelo alcance dos interesses individuais por parte de cada um, trazendo resultados que correspondem ao beneficiamento de todos, aponta a origem do excedente do trabalho mostrando de que maneira esse é apropriado.

Assim, o teórico aponta que a partir de dado momento histórico, os meios de produção e de subsistência se tornaram propriedade privada de capitalistas, os quais permitiam aos trabalhadores acesso a esses meios apenas em troca de uma pequena parcela do produto resultante da venda do seu trabalho humano.

Nesse contexto, a alteração na estrutura industrial afetou as relações sociais dentro do modo de produção do capital, influenciando a divisão do trabalho. Smith (1979) afirma que as

---

<sup>1</sup> Mão Invisível: a busca da satisfação, do auto-interesse individual, beneficiaria a sociedade e seria limitada pelo auto-interesse alheio. Os produtores procuravam ganhar o maior lucro possível, mas, para fazê-lo, deviam produzir bens desejados pela comunidade. Além disso, deviam produzi-los nas quantidades adequadas, sem o que sem a sua abundância causaria uma queda no preço e um baixo lucro, enquanto sua escassez determinaria um aumento no preço e, oportunamente, um aumento na oferta. (*The Theory of Moral Sentiments - Adam Smith*)

trocas estão na origem da divisão do trabalho, que por sua vez é uma tendência dos princípios da natureza humana.

Analisando essa questão, Marx (1993) diz que o capital é o poder da classe dominante sobre o trabalho e seus produtos e o trabalho aparece como mercadoria. Nesse processo o capitalista possui esse poder à medida em que é proprietário desse capital.

Fazendo uma análise a respeito do trabalho para Marx (1993), o trabalhador não é um livre vendedor da sua mercadoria (força de trabalho), ele é sempre forçado a vendê-la porque precisa dela para satisfazer necessidades exteriores, como o fato de se alimentar. Assim, além do resultado último do trabalho para o capitalista, para o trabalhador este significa a própria vida.

Nesse contexto, o advento do sistema capitalista surge como um novo modelo econômico de produção engendrado nas relações sociais constituintes, exigindo uma nova ordem espacial que repercutiria em mudanças significativas, tanto no âmbito político, social e cultural em área urbana, quanto rural.

Sabe-se que a forma central de organização do espaço no capitalismo se dá no âmbito das cidades, mas o ambiente físico diminui sua importância no que diz respeito à determinação do sistema de relações funcionais e sociais, pois nesse aspecto se anula a distinção entre rural e urbano.

No entanto, o progresso técnico permitiu o desenvolvimento das forças urbanas e seu papel se delineou pela introdução de novas atividades de produção e de consumo. Por outro

lado, a constituição das cidades se apresentou como palco permissivo para a inovação da técnica de dominação de classes e da organização da produção.

Assim, esse novo sistema econômico tem sua complexidade determinada pela apropriação e investimento no produto do trabalho imbuído num novo sistema social que não está separado do tipo rural.

Nesse sentido, o sistema capitalista, através do seu modo de produção, viabiliza a concentração da força de trabalho no espaço urbano para atender as exigências da produção industrial. Por conseguinte, são intensificadas neste processo contraditório as correlações de forças, as desigualdades sociais, os conflitos entre classes antagônicas, a concentração de renda, o aumento da pauperização, a deficiência ao acesso a bens e serviços, dentre outros.

Para Castells (1983), a análise das formas específicas de organização do espaço urbano deve considerar, primordialmente, a sua constituição histórica, as relações sociais e as formas de produção e reprodução econômica estabelecidas em todo processo de formação do contexto urbano. No entanto, percebe-se que o urbano se apresenta como o aglomerado resultante da ocupação do espaço por uma dada população e caracterizado por: classes sociais, uso da escrita, formas culturais, relações sociais, dentre outros.

Portanto, Castells (Idem), defende que a explicação do processo e da base de organização do espaço social urbano reside na compreensão da problemática sociológica da urbanização, a partir da relação entre forças produtivas, classes sociais e as formas culturais, em sua situação histórica específica.

Assim, a urbanização se refere à constituição de formas espaciais nas sociedades caracterizadas pela concentração das atividades econômicas e concentração da população. Castells (1983, p.335) entende que “o urbano enquanto unidade do aparelho político-jurídico foi o fundamento da existência da cidade, em certas conjunturas, fossem as polis gregas ou cidades medievais”.

Dessa forma, como resultado das relações sociais estabelecidas, a cidade surge constituída e delineada sob a égide de uma nova forma de organização política, social e econômica, caracterizando-se por um novo arranjo e modelo social.

Sabe-se que o fenômeno urbano está ligado diretamente a uma estrutura complexa de sociedade em que as classes sociais se articulam em torno de um sistema político que envolve o domínio e o funcionamento destas.

Diante dessa visão, entende-se que a cidade não é somente um local de produção, mas é também, de gestão e de domínio, pois ela se apresenta como um modo de organização espacial que permite maior ampliação de domínio entre classes. Assim, o desenvolvimento do capitalismo industrial veio reforçar a dinâmica do sistema institucional e social ligado à cidade.

Assim, a civilização industrial inaugurada pelo sistema capitalista se utiliza de um modo de produção que coloca a complexidade da constituição de classes sociais como uma categoria central no processo de desenvolvimento econômico.

Nesse sistema, as classes sociais aparecem personificadas no conjunto das relações sociais. Segundo Santos (1981, p.19-28) o estudo a respeito de classe social só é possível segundo seus diversos níveis de abstração. O autor classificou em quatro níveis, os quais o primeiro nível diz respeito ao modo de produção, pois “o conceito de classe aparece como resultado da análise das forças produtivas e das relações de produção”, estas por sua vez, permeadas por contradições, tendo como base a propriedade privada.

O segundo nível refere-se à relação social, pois “a análise deve concretizar-se mediante a descrição dos modos de relação possíveis numa sociedade [...]”. O terceiro nível, diz respeito à situação social, pois “os indivíduos deixam de ser a personificação de categorias sociais para serem pessoas”, ou seja, a análise do comportamento humano frente às contradições entre os indivíduos e sua realidade objetiva. O quarto nível focaliza a conjuntura, pois nesse processo “a estrutura de classe passa por profundas modificações segundo a conjuntura em que se desenvolvem as suas contradições”. (SANTOS, Idem).

Assim, tais níveis dão suporte para conceituar classe social a partir da visão de Santos (1981, p.41) como sendo “agregados básicos de indivíduos numa sociedade, os quais se opõem entre si pelo papel que desempenham no processo produtivo, do ponto de vista das relações que estabelecem entre si na organização do trabalho e quanto à propriedade”.

Nesse contexto, a crescente industrialização possibilitou novos arranjos espaciais, tanto no que diz respeito à propriedade territorial, por meio do trabalho agrícola, quanto na propriedade privada dos meios de produção no processo de industrialização. Por outro lado, a expansão do sistema capitalista concentrou a força de trabalho no espaço urbano e operou

modificações significativas na relação de trabalho na cidade e no campo, tornando-se ainda mais complexas as relações entre classes sociais.

Assim, o modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista tem como objetivo o acúmulo de lucro e a expansão constante do capital visando a uma eficiência na produção em massa e servindo-se da dinâmica da organização social como estrutura vital para o processo de produção material.

### **1.3.2. Desenvolvimento Sustentável: estratégia frente à questão ambiental na contemporaneidade**

Para se discutir sobre Desenvolvimento Sustentável é importante destacar que apesar do termo sustentabilidade implicar imutabilidade no tempo e no espaço, a noção de desenvolvimento pressupõe o inverso, a necessidade de transformação, o crescimento nessa temporalidade espacial. Assim, torna-se um desafio conciliar que a sustentabilidade seja entendida de forma dinâmica e que o desenvolvimento prescindia de limites voltados para um bem-estar econômico e um bem-estar social e ambiental.

Cavalcanti (2002), trabalha a sustentabilidade como um conceito que integra e unifica, acaba com a visão dualista do homem dissociado da natureza, afirmando que a sustentabilidade celebra a unidade homem/natureza.

Sabe-se que a idéia de sustentabilidade se contrapõe ao objetivo final do desenvolvimento econômico, porém este também é ameaçado pela extinção dos recursos naturais. Todavia, desenvolver a consciência em torno da produtividade da natureza ainda é um caminho que envolve a todos.

A sustentabilidade busca também uma política institucional que seja capaz de dialogar com os diferentes segmentos sociais com objetivos voltados para uma atuação em conjunto, visando à preservação e à conservação ambiental, proteção da biodiversidade e implantação de tecnologias direcionadas à subsistência e isenta de efeitos danosos ao meio ambiente e à sociedade.

Por sustentabilidade ecológica entende-se a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente. Pois, a noção de preservação e conservação ambiental esta atrelada à cultura de cada povo, independe de discurso transformador. A atuação de respeito à natureza diz muito da maneira como esse povo vive e entende o movimento da natureza nesse contexto da vida humana.

De acordo com Leff (2004), a sustentabilidade não pode ser apenas um objetivo das ciências, mas também um projeto político constituído a partir da mobilização dos agentes sociais com propósitos e interesses fundados numa racionalidade ambiental.

Assim, é necessário entender o conceito de sustentabilidade que vem sendo trabalhado por diversos autores da área de ciências humanas. Mas para identificá-lo dentro de um processo de desenvolvimento que para além do econômico, é necessário perceber sua coexistência com a sociedade em movimento, desenvolvendo uma consciência crítica voltada para a construção de um futuro que resulte em transformação social.

Sachs (2002) apresenta dimensões a respeito do conceito de sustentabilidade: Sustentabilidade Social, que diz respeito à equidade de renda, garantindo a melhoria das

condições de vida da maioria populacional; Sustentabilidade Econômica, que se refere à alocação eficiente dos recursos naturais; Sustentabilidade Ecológica, que compreende a utilização dos recursos naturais com menor nível de impacto ao meio ambiente; Sustentabilidade Geográfica, que diz respeito a uma melhor distribuição espacial dos assentamentos humanos e da atividade econômica; Sustentabilidade Cultural, que se refere ao fortalecimento das identidades sócio-culturais dos diversos segmentos sociais.

No que corresponde à noção de desenvolvimento sustentável ou eco-desenvolvimento é possível, segundo Almeida (2002), perceber que uma das principais preocupações é o reconhecimento da insustentabilidade ou inadequações econômicas, sociais e ambientais do padrão de desenvolvimento ao padrão da sociedade atual.

Ao elaborar uma proposta de desenvolvimento sustentável, Sachs (2002) formulou os seguintes princípios básicos: 1) satisfação das necessidades básicas; 2) solidariedade e preocupação com as futuras gerações; 3) participação e organização dos agentes sociais envolvidos; 4) preservação e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente; 5) elaboração de um sistema social que garanta melhores condições de vida satisfatória e 6) criação de um programa de educação ambiental.

Desta forma, o desenvolvimento sustentável preconiza a idéia de garantia da manutenção da vida humana e da natureza. Assim, o ser humano ao adotar um novo estilo de desenvolvimento assume mudanças e comportamentos diferenciados. Advoga-se por critérios de respeito à dignidade humana, voltada para uma melhoria da qualidade de vida, além de postular pela manutenção de um sistema de valores intrínsecos de cada cultura e pelo uso racional da riqueza e da biodiversidade.

Bem como, entende-se que as categorias sócio-ambientais são distinguidas em termos da pressão de uso e do impacto que exercem sobre o ambiente, relacionados ao modo como ocupam, exploram e concebem sua relação com a natureza. Para Lima e Pozzobon (2005) o comportamento que uma dada categoria sócio-ambiental tem em relação ao ambiente é influenciado por características de sua formação social, tais como a orientação de sua produção econômica, o grau de desenvolvimento com o mercado e a posse de uma cultura ecológica.

Neste sentido Sachs (2002), defende que o uso dos recursos não deve prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, é necessário haver a conscientização de que as atividades econômicas estão relacionadas a uma significativa prática de exploração dos recursos naturais que deve ser repensada em face da necessidade da sustentabilidade do ambiente natural e social.

No entanto, para que haja uma transformação social, a gestão ambiental precisa propor uma nova visão de atuação capaz de divulgar e ampliar a sustentabilidade como forma de interação do homem com a natureza. Por outro lado, o homem precisa desenvolver uma consciência social, capaz de entender que os recursos naturais são finitos e que deles depende a sobrevivência de todas as espécies.

Outro aspecto é que, no âmbito da organização social, para se implementar justiça social por meio de um entendimento da equidade social, é mister desvendar de que maneira a máxima do desenvolvimento econômico buscará alternativas para a proposição de um desenvolvimento sustentável.

Desse modo, a cultura ecológica pode privilegiar valores econômicos do mercado ou valores não materiais; pode levar em conta os processos ecológicos e guiar suas práticas de acordo com estes ou desprezar o efeito de suas ações sobre o ecossistema. Por outro lado, a ação humana é pautada sob a luz de um conhecimento popular e tradicional apoiado em sua vivência diária exigindo uma forma de desenvolvimento diferenciado do econômico.

## **CAPÍTULO II**

### **O processo de desenvolvimento na Amazônia e sua trajetória histórica**

A Amazônia tem sido objeto de inúmeros estudos que enfocam seu ambiente natural (fauna e flora), sociedade (biodiversidade sócio-cultural) e desenvolvimento econômico. No entanto poucos trabalhos têm-se dedicado a discutir sobre os impactos do desenvolvimento do processo de urbanização no contexto sócio-ambiental desta região.

Para tanto, com objetivo de colaborar para este debate, neste capítulo serão abordados os problemas sócio-ambientais no contexto Amazônico, bem como será realizada uma reflexão crítica sobre a produção do espaço urbano em Manaus: do centro à periferia e sobre as implicações da questão ambiental urbana neste espaço, considerando que a cidade de Manaus já se constitui como a metrópole da Amazônia Ocidental e exerce um poder de atração de população para a área urbana, que extrapola seu âmbito regional.

#### **2. 1. As questões sócio-ambientais no contexto amazônico**

Nas últimas décadas, a questão ambiental vem sendo alvo de diversos debates e preocupação por parte do corpo científico, da sociedade civil organizada e dos profissionais técnicos que trabalham essa questão articulando o manejo dos recursos naturais e a implementação das políticas públicas em contraposição ao modo de produção capitalista, considerando a relação entre os seres humanos e a natureza.

Os programas governamentais de desenvolvimento executados nos últimos 35 anos na Amazônia, apesar de serem insuficientes, têm mudado profundamente sua estrutura econômica, demográfica e ecológica. A construção de rodovias, os programas de colonização oficiais e privados, a migração espontânea e os incentivos fiscais levaram ao desmatamento de mais ou menos 14% da área amazônica e à criação de paisagens agrárias variadas perto dos eixos viários, onde se concentra a maioria de sua população rural.

De acordo com Jesus (2000), as transformações ocorridas na Amazônia nestes últimos trinta anos exigem um grande esforço dos especialistas em compreender e relacionar as causas e conseqüências dos impactos sócio-ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento capitalista imposto a esta região. Pois segundo o autor, este desenvolvimento vem deixando marcas irreversíveis de exploração tanto no ecossistema, quanto na biodiversidade, alterando significativamente a qualidade de vida das populações locais.

Tribos indígenas foram dizimadas em nome do progresso; caboclos e ribeirinhos foram obrigados a partir de suas terras, tal o abandono e a falta de assistência do Estado. A escassez dos alimentos extraídos dos lagos e da terra, a desvalorização dos seus produtos, acrescidas as dificuldades de organização dos pequenos agricultores familiares, todas essas questões podem ser compreendidas no contexto das transformações por que passa a Amazônia. (JESUS, 2000, p. 25).

Sabe-se ainda, que diante desta realidade, a formação e o desenvolvimento do pensamento teórico sobre a questão ambiental atual concentra os olhares na Amazônia pelo fato da mesma ser constituída pela maior floresta tropical do mundo e possuir uma relevante biodiversidade natural e sócio-cultural, ao mesmo tempo ser alvo do avanço intensivo da exploração dos recursos naturais em decorrência do processo de urbanização aliado ao desenvolvimento econômico capitalista na região.

O processo de urbanização na Amazônia teve origem demarcada, sobretudo, nos ciclos econômicos da borracha e da Zona Franca em Manaus. O período Áureo da Borracha, segundo Batista (2007), constitui-se numa grande transformação da vida na Amazônia em todos os âmbitos, seja político, social, econômico ou cultural, a apresentando-se da seguinte forma: de um lado se vislumbrou a riqueza e de outro a extrema pobreza.

Essa contradição é percebida e está presente na própria formação estrutural das grandes cidades, que a partir desse processo passaram a serem equipadas por uma infraestrutura espacial, que em se tratando de Manaus, pode-se observar a construção de pontes, redes de esgoto, energia elétrica, trilhos de bondes, porto e edifícios públicos suntuosos para atender aos interesses e necessidades de consumo da classe dominante local. Nesse período, os rumos do processo de urbanização da Amazônia foram dirigidos pelo próprio reordenamento do sistema capitalista, o qual se baseia por práticas predatórias e de consumo exarcebado.

Historicamente, o Brasil foi apontado como o maior possuidor de reserva de seringais do mundo e com o aumento do consumo internacional do produto, a partir do início do século XIX, a borracha começou a adquirir importância econômica abrindo grandes possibilidades para as exportações; porém, diante do desenvolvimento da produção local foi necessária a exigência de mão-de-obra para suprir tal produção.

Sendo assim, a Amazônia como zona tropical de clima úmido e ocupada por uma imensa floresta virgem, no final do século XIX, possuía uma área desabitada, uma vez que se tratava de área fechada pela mata virgem e de difícil acesso. Segundo Batista (2007, p. 45) “o

espaço amazônico, apesar de grande, tem uma distribuição demográfica irregular”, o autor entende que por esse motivo tenha resultado num mínimo da presença humana. Assim, tais condições abriram espaço para uma forte corrente migratória de trabalhadores destinados à produção da borracha para atender o crescente mercado importador mundial.

A principal migração do período foi a de nordestinos em 1877, que se dirigiam para os seringais. Caracterizado por Souza (1994), o seringueiro era retirante nordestino que fugia da seca e da miséria, era uma espécie de assalariado de um sistema absurdo. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentradora do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e moral do patrão.

No início do século XX, um longo processo de crise econômica foi desencadeado em decorrência da produção da borracha no mercado internacional. Com a queda do preço do produto, a Amazônia presenciava o fim da vigência do sistema mercantil extrativista e iniciava um período de crise na econômica local. A população continuou crescendo e a migração que contribuiu para esse crescimento populacional já não era mais resultado da expansão das forças do crescimento urbano, e sim gerada pelo declínio das atividades extrativistas.

Esse declínio econômico, segundo Ferreira (2003), deu-se em razão das técnicas primitivas e rudimentares da exploração da borracha brasileira em detrimento da tecnologia implementada na produção estrangeira. Acrescente-se ainda a este fato, o estudo, por parte dos europeus e o cultivo das sementes de seringueiras (*hevea brasiliensis*) em terras européias.

A consolidação do crescimento econômico internacional, a partir da produção da borracha estrangeira facilitou ainda mais, durante a década de trinta, o declínio do chamado período áureo da borracha na Amazônia. Os seringueiros abandonaram o comércio e os seringais, passando assim por grandes dificuldades. A estagnação econômica em Manaus impossibilitou avanços comerciais e industriais, havendo um significativo aumento dos problemas sociais, uma vez que a população ainda vivia de uma economia de subsistência voltada para o extrativismo vegetal.

No entanto, o processo de ocupação na Amazônia, trouxe contribuições para o reordenamento espacial, produzindo novas relações sociais e moldando a cidade de acordo com o movimento econômico, motivando-a como meio para o desenvolvimento dos padrões capitalistas de produção.

Sendo assim, percebe-se que o Estado se posiciona de maneira a reproduzir socialmente diferenças, ou seja, ele age de forma a atender a eficiência do capital, operacionalizando, por outro lado, estratégias frente àqueles que estão em situação de desigualdade social. Portanto, ele tem um papel significativo na produção do espaço urbano. Assim, Oliveira (2003) enfatiza que:

O espaço urbano que se produziu em Manaus no período de 1920 a 1967 não é único, pois está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira de espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: as ilhas de luxo, riqueza e bem-estar cercadas de extrema miséria por todos os lados. (p.72)

Nesse contexto, com o surgimento da Zona Franca de Manaus (ZFM) através da Lei nº 3.173 de 06/06/57 e reformulada em 1967 pelo Decreto nº 288, os limites da cidade foram modificados e o espaço urbano foi se constituindo como lugar de produção. Dessa forma, entende-se que além da atividade econômica, a cidade é espaço de moradia e de trabalho.

A Zona Franca de Manaus considerada como um dos principais pólos eletro-eletrônicos da América Latina é baseada num modelo precursor de industrialização nos moldes internacionais, que com incentivos fiscais e isenções de impostos de importação, imprimiu uma nova dinâmica ao Estado, pois precisaria contar com uma infra-estrutura capaz de absorver indústrias nacionais e internacionais e, ao mesmo tempo, o governo federal, estadual e municipal deveria dar condições favoráveis para se trabalhar com uma política fiscal eficiente, se comparado às outras regiões.

Nesse novo modelo econômico, ao mesmo tempo em que a indústria e o comércio cresciam e prosperavam, o setor agropecuário não conseguia se reerguer, pois surgia o setor terciário e com as crises na economia nacional e internacional aumentava o desemprego e o mercado informal.

Sendo assim, a ZFM, sob o aspecto da Divisão Internacional do Trabalho na qual a produção era padronizada e voltada para o mercado mundial, passou por muitas crises no seu pólo industrial, os trabalhadores não eram qualificados e o nível de escolaridade era baixo. Tal processo de produção e modernização industrial é analisado por Salazar (1992):

O operário do distrito industrial de Manaus emerge da implantação de um processo de industrialização induzido, que embora tardio e periférico é moderno do ponto de vista da automação, cuja produção é assegurada por uma grande massa de operários desqualificados e semiquilificados, obra da divisão capitalista do trabalho, onde qualquer pessoa pode executar qualquer tarefa, fruto das técnicas de produção parcelada em cadeia, em indústrias de simples montagem. (p.26)

Segundo Batista (2007, p. 345), a ZFM tinha como ponto importante “um sistema de franquias especiais para importação de mercadorias, matérias-primas e outros produtos destinados ao consumo interno”, além da instalação ou operação de indústrias e serviços, a estocagem para o reenvio da mercadoria ao exterior ou comercialização em outros locais do território.

Em contrapartida, sob o aspecto do planejamento urbano, embora houvesse algumas tentativas governamentais de construir estruturas adequadas como os investimentos em estradas e aeroportos, as ações do poder público eram limitadas e a Zona Franca de Manaus também não conferiu à cidade um projeto urbanístico, não tinha um plano de ação que possibilitasse políticas públicas e por outro lado, sofreu o impacto da reestruturação produtiva, introduzindo mudanças na relação de trabalho e aprofundando ainda mais as expressões da questão social.

Acredita-se, portanto, que as transformações decorrentes desse processo histórico na Amazônia, trouxeram através dos modelos econômicos a reprodução de um espaço social que entropicamente destruiu e criou mecanismos de coexistência e articulação do homem com o meio natural.

Entende-se que a análise estrutural dos problemas vivenciados pela população manauara possibilita uma postura voltada para a educação ambiental, uma vez observado uma constante crise entre o princípio básico de funcionamento do capitalismo em contrapartida à manutenção de um equilíbrio sócio-ambiental.

As questões sócio-ambientais, nesse processo, trouxeram escassez na flora e na fauna, a exploração de matéria prima e a caça predatória e extensiva de diversas espécies de animais, como exemplo o peixe boi, o macaco sauím de colera, sem contar com a estratificação da madeira e assoreamento de rios e lagos. Historicamente, segundo relato de autores como Dias (2007) e Oliveira (2003), pode-se afirmar que a economia na Amazônia dependeu da exportação e importação de matérias primas tanto para o mercado nacional, quanto para o mercado internacional.

Sabe-se que na sociedade capitalista moderna ocidental no decorrer de sua trajetória sócio-histórica vem recriando inúmeras estratégias para o seu desenvolvimento. Segundo Godard (1997), este desenvolvimento possui como pressuposto essencial o crescimento econômico baseado em valores e princípios ideológicos que mascaram a realidade por meio de diferentes discursos, tais como: o de que o avanço do processo técnico resulta no desenvolvimento humano, bem como que o domínio do homem sobre a natureza implica a potencialização da criatividade humana e que as necessidades humanas são sempre mais numerosas do que a escassez dos recursos naturais e dos bens de consumo.

A necessidade de consumo traz consigo inúmeras conseqüências deletérias, dentre elas, o aumento da deterioração dos ambientes e recursos naturais, tornando-os limitados; o

crescimento da urbanização de modo acelerado; o consumo excessivo dos recursos não-renováveis em decorrência da exploração predatória; o desequilíbrio ecológico e o não cuidado com a biodiversidade. Tais conseqüências se dão em razão da falta e/ou ineficiência de controle dos agentes e das práticas predatórias.

Nesse sentido, destacam-se dentre as principais questões sócio-ambientais: o desequilíbrio do regime dos rios, lagos, igarapés; o empobrecimento da biodiversidade; a escassez dos recursos aquáticos; a intensificação da poluição dos organismos aquáticos por metais e outros compostos tóxicos; o aumento dos detritos urbano e industrial despejados no leito dos rios e igarapés contaminando os lençóis freáticos e o uso excessivo de agrotóxicos na agricultura; a ocorrência de catástrofes: alagações, queimadas, contaminações, poluição com mortes e destruição patrimonial.

Para tanto, a construção do paradigma ambientalista traz para a realidade da Amazônia uma longa reflexão em torno da crise ambiental, pondo em cheque diretamente o lugar da espécie humana na natureza e sua responsabilidade pelo futuro, perante a maior floresta tropical do mundo e da imensa riqueza e biodiversidade existente na região.

No entanto, a relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos disponíveis, diz respeito a uma educação ambiental que possibilite transformações necessárias e condições reais de uma vivência qualitativa em relação ao meio ambiente, aprendendo a tirar da terra e do espaço em que se vive, condição de vida e de sobrevivência menos agressiva ao conjunto desse ecossistema.

Sendo assim, defende-se que a educação ambiental precisa valorizar não só o meio ambiente, mas também o ambiente inteiro. Soares (2003, p. 39) afirma que a educação ambiental “busca levar os indivíduos em sociedade a refletir e a compreender as coisas, processos e relações da natureza e da cultura”. Para esse autor, essa atitude possibilita orientar a vida ser humano de acordo com suas características, possibilidades e limitações.

Por outro lado, se o desenvolvimento econômico é uma condição necessária para o desenvolvimento, a sustentabilidade econômica e a educação ambiental surgem como um aporte necessário para a reflexão do viver em sociedade de forma menos agressiva ao meio ambiente, discussão essa, muito presente na atualidade, em decorrência da complexidade e das inúmeras questões sócio-ambientais que se apresentam na sociedade contemporânea.

Nesse debate, Leff (2004, p. 11) entende que “o uso dos recursos naturais pela sociedade passaria a ser orientado por uma nova racionalidade, onde estariam incorporados os princípios da democracia ambiental e da equidade social, econômica e cultura”.

A sustentabilidade, para esse autor, é concebida como sendo um objetivo que “transborda a capacidade da ciência, converter-se num projeto político mediante a iniciativa de atores sociais com propósitos e interesses inscritos em matrizes de racionalidade, orientados por saberes, enraizados em identidades próprias e diferenciadas”. (p.53)

Assim, entende-se que é necessário pensar o desenvolvimento como forma de perceber o homem em suas múltiplas dimensões. Sachs (2007, p. 22) define esse

desenvolvimento como sendo “a efetivação universal do conjunto dos direitos humanos, desde os direitos políticos e cívicos, passando pelos direitos econômicos, sociais e culturais, terminando nos direitos coletivos”, entre os quais, ele aponta como exemplo, o direito a um meio ambiente saudável.

Portanto, defende-se que as questões sócio-ambientais voltadas para o contexto amazônico, a partir da visão da sustentabilidade, requerem por meio do processo educativo, a observação e o conhecimento a respeito do desenvolvimento econômico, político, social e cultural da população local.

Entendendo ainda que a viabilidade econômica é necessária à sobrevivência do homem, mas exige práticas sustentáveis que assegure a este, uma vida mais saudável e menos perversa no que diz respeito ao consumo de recursos naturais e ao trato com o meio ambiente.

## **2.2 A produção do espaço urbano em Manaus: do centro à periferia**

A urbanização se apresenta como uma estratégia básica de expansão das relações de produção capitalista. Em seus estudos sobre a região amazônica, Becker (2004) afirma que na Amazônia o processo de urbanização foi adotado pelo Estado para implementar a ocupação regional.

O processo de produção desse espaço urbano apresenta traços, que diz muito da história social, política e cultural de cada cidade e o seu cotidiano é fruto das relações sociais

produzidas ao longo de sua trajetória histórica, como na maioria das cidades brasileiras, a cidade de Manaus não foi diferente.

Segundo Vicentini (2004), a cidade de Manaus se constituiu como um dos maiores núcleos urbanos da região amazônica, foi palco de muitos projetos de desenvolvimento implementados pelo Governo Federal, como a construção de edifícios públicos, fábricas e escolas. Projetos estes objetivando intervir no espaço, ordenando a vida e normalizando a sociedade, contribuindo para o processo de urbanização de Manaus e de crescimento populacional. No entanto, se por um lado as altas e quedas do comércio da borracha trouxeram uma infra-estrutura urbana para a cidade, a qual ganhou novos contornos, com obras arquitetônicas dignas de grandes metrópoles européias, por outro, contribuiu para o surgimento dos problemas de ordem social e ambiental os mais diversos.

A referida autora destaca ainda, que o acelerado crescimento populacional data do século XIX, quando imigrantes nordestinos e pessoas que viviam no interior do Amazonas chegaram a Manaus para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, pois o objetivo de tal construção era vencer as dificuldades enfrentadas no transporte da produção de borracha, facilitando o escoamento desse produto.

Dados apresentados no Relatório Geo Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com objetivo de avaliar o estado do meio ambiente nos níveis, global, nacional e regional, afirmam que “o crescimento demográfico relativo foi da ordem de 325%, no decorrer do período de 1940/1970. Somente na década de 1970 o crescimento foi de

74,6%, entre 1970 e 2000 a população nos aglomerados metropolitanos cresceu 122%, enquanto que a população brasileira cresceu 82%.

Tal relatório, afirma que as cidades no Brasil sofrem hoje uma serie de problemas ambientais que afetam a saúde humana, reduzem a qualidade de vida, aumentam os custos de produção e causam danos aos ecossistemas a longo prazo.

Aliado ao rápido e desordenado crescimento populacional da cidade, evidencia-se uma frágil estrutura governamental para resolver problemas que surgem com o avanço do comércio e da industrialização, não atendendo às necessidades básicas da população como saúde e saneamento básico.

Manaus, assim como as grandes cidades do país, em relação ao aspecto ocupacional, segundo Azevedo (2007), vêm aumentando consideravelmente nas ultimas três décadas, principalmente com o alto índice das ocupações irregulares na periferia. Segundo o IBGE (2000), a cidade está dividida em seis zonas, dentre elas as que mais cresceram foram a Zona Leste, com 23,55% e a Zona Norte com 16,6%. A taxa de crescimento geométrico no período de 2000 a 2007 é de 2,14 para a Zona Leste e 5,90 para a Zona Norte.

No entanto, cabe ressaltar a ausência de políticas públicas capazes de responder as demandas sociais advindas deste processo, pois o desemprego causado nos primeiros anos do século XX, ocasionado pelo declínio do ciclo da borracha, proporcionou uma maior ocupação das margens dos igarapés urbanos, assim como do espaço urbano de maneira geral, pois se

trata de um momento em que vários novos bairros surgiram e os que já existiam estavam se expandindo.

Oliveira (2003, p.36) assinala que Manaus, no início do século XIX, “estava mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional, portanto a espacialidade produzida na cidade, mais do que uma determinação nacional foi uma determinação do exterior”. Entende-se que o papel do Estado não se dava na perspectiva de mediação, mas na defesa de interesses, pois se fez necessária uma infra-estrutura moderna capaz de atender às necessidades de expansão das relações capitalista, determinando para a cidade um novo modelo de espaço urbano moderno.

Assim, o relato da sua trajetória histórica tem demonstrado ainda, que Manaus sofreu segregação de classes a partir do seu reordenamento urbano, pois apesar das mudanças e da estrutura moderna, comprovou-se que nem sempre a modernização atende às necessidades de toda uma população. A cidade era palco de contradições e a população não tinha acesso a serviços básicos de luz, água, saúde e educação, refletindo no espaço urbano um cenário de desigualdade social.

Oliveira (2003, p.130) descreve que “os pobres de Manaus possivelmente não tinham pelo urbanismo que lhes foi imposto nenhuma fascinação nem identidade, mas com certeza percebiam que as transformações não estavam sendo realizadas para eles”.

Partilhando da mesma posição, Dias (2007) afirma que Manaus, além de se constituir em uma cidade de belezas naturais, surgida no meio da selva, despertando surpresa e admiração naqueles que chegavam, também se constituiu em um centro comercial exportador-importador, um lugar que abrigou contradições e conflitos.

Acredita-se que a idéia de modernização e adaptação já vinham sendo idealizadas pelos observadores, pois as exigências sociais, econômicas trariam mudanças, também políticas e culturais, uma vez que a Amazônia por possuir a maior biodiversidade do planeta, constituiu-se numa área de interesse internacional e nacional, considerando que a mesma abriga a maior floresta tropical do mundo, tornando-se importante fonte de recursos naturais renováveis e não-renováveis para a economia local e mundial.

No processo de constituição da capital, Manaus, esta foi adaptada, transformada e organizada para atender aos interesses econômicos e sociais do poder do capital. A idéia de modernidade, civilização e progresso vêm-se contrapor à vida tranqüila na cidade, em que tudo girava em torno do centro. Para Dias (2007), naquela época, havia uma reconciliação dos diversos elementos: homem, natureza e trabalho (...), era um lugar comum, a modernidade traria um novo estilo de vida, material, espiritual e cultural.

Manaus foi considerada a Paris dos Trópicos e a capital da borracha, momento em que se desencadeou um grande processo de urbanização. A modernidade chegou à cidade com uma visão transformista, construiu-se o que tem de mais moderno e belo a partir de parâmetros diversificados da rotina social local, era necessário obedecer aos padrões, valores e costumes do mundo europeu.

No entanto, segundo Dias (2007) a cidade não estava preparada para assumir sua função de capital mundial da borracha, não havia nenhuma condição estrutural para assumir sua nova função. Sendo assim, foi necessária a construção de prédios, portos fluviais, rede de esgotos, dentre outros, proporcionando a Manaus o alargamento de seu espaço e a redefinição do mesmo.

Ainda interpretando Dias (2007) o poder do capital concebeu uma nova cidade, sendo o responsável pelos conflitos advindos das contradições econômicas, sociais, políticas e culturais (...) nesse processo consolidou a demolição da aldeia e da velha cidade, sem levar em conta, os impactos sociais e ambientais.

O acesso ao abastecimento de água, significou um privilegio para poucos, pois o fornecimento era muito caro, restando assim a opção de recolhimento de água nos igarapés ou torneiras públicas(...) A iluminação pública não chegava à todos (...) O serviço de recolhimento de lixo não era estendido a toda cidade, e este era jogado no Rio Negro ou incinerado nos lugares afastados do centro urbano(...) A política de arrendamento, em relação aos serviços de abastecimento, trouxe também, problemas à população pobre da cidade, sobretudo aos trabalhadores que exerciam atividades ligadas ao abastecimento do mercado. (Idem, p.64-68)

Para Azevedo (2007, p. 37) a cidade é “um espaço concreto, visível, sensível, de decisões políticas e econômicas, de estratégias coletivas e individuais, um território que materializa as tensões do mundo moderno (...)”. E complementando ainda, Oliveira (1995) apud Azevedo (2007) entende que os espaços produzidos socialmente são produtos de uma cultura datada num determinado tempo e lugar.

No entanto, ainda hoje, a cidade reproduz as mesmas questões sócio-ambientais, pois os cursos dos igarapés e rios, em Manaus, são aterrados para dar lugar às ruas e avenidas, uma vez que se trata de uma cidade rasgada por diversos cursos de água e assentada em área cortada por diversos igarapés e lagos, dentre eles: o São Raimundo, o Tarumã, o Mindu, o Educandos e o Lago do Aleixo.

Os diversos igarapés e lagos, que a cidade possuía, rodeando sítios e chácaras, foram, com a ocupação humana, sendo canalizados, estreitados e aterrados. A paisagem das matas sendo substituídas por prédios e ruas com asfalto, e a função da cidade sendo redefinida de acordo com as necessidades do modelo de produção econômica. Manaus foi um centro de atração de ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, italianos e franceses, além das pessoas advindas de vários Estados do país.

A história nos revela, que o contingente de imigrantes contribuiu para a ampliação de diversas atividades, como o comércio, o transporte, o serviço bancário. A atividade comercial colocava no mercado os mais diversos produtos europeus e diferentes profissões surgiram para atender a grande demanda, tais como: seringalista, leiloeiro, avaliador, corretor, despachante, alfaiate, cozinheiro, copeiro, lavadeira, jardineiro, cocheiro, dentre outras.

Deste modo, segundo Becker (2004), a importância da urbanização como instrumento de expansão do capitalismo na região amazônica está relacionada a três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social pela desarticulação dos movimentos de luta pela terra.

Em síntese, a reorganização territorial, através do deslocamento e realocamento da população significou a mobilidade do trabalho para consolidar o projeto de ocupação da fronteira tendo a urbanização como estratégia.

Os núcleos de menor porte serviram como lugar de circulação da mão-de-obra com tempo de permanência temporário, em geral, em condições de extrema precariedade em termos de prestação de serviços básicos e equipamentos coletivos comunitários, o que lhes atribuiu o caráter dominante de espaço de reprodução. A grande rotatividade da população tornou a relação do urbano com a mobilidade notória nos povoados e vilas.

Nas cidades onde os processos produtivos cresceram e se adensaram, as funções e a estrutura urbana se tornaram mais complexas. O que permitiu que determinadas cidades passassem a oferecer oportunidades de emprego, além de atuar no pequeno comércio local, possibilitando novas fontes de acumulação e constituição de mercados de trabalho precarizados.

Nesse contexto, a urbanização é explicada em suas múltiplas formas, desde o crescimento explosivo de cidades velhas e novas até a multiplicação de núcleos e povoados fortemente instáveis, movidos pela economia local.

Dessa forma é que as especificidades e as características de Manaus configura uma organização que extrapola estilo e forma além da sua dimensão espacial, pois se trata de uma cidade com fortes traços marcados pelos diferentes ciclos econômicos, pois é nessa peculiaridade que reside a sua complexidade histórica.

### **2.3 A questão ambiental no perímetro urbano da cidade de Manaus**

Para entender a problemática ambiental urbana em Manaus, é necessária uma breve contextualização sócio-histórica do processo de constituição urbana Amazônica, processo marcado por questões sócio-econômicas, políticas e culturais, as quais foram advindas das relações estabelecidas pelos atores sociais entre si e com a natureza, do conflito entre capital e trabalho, da segregação de classes, dentre outros, resultado assim do modo de produção capitalista na região.

Em Manaus, o processo de urbanização resultou na transformação do espaço natural, onde igarapés foram aterrados para a construção de avenidas, extensas áreas verdes foram desmatadas para a construção de praças, prédios, habitações, dentre outros.

Tal processo garantiu ao modo de produção econômica o atendimento as suas necessidades, pois a cidade era o centro de escoamento de toda produção e tais transformações foram implementadas pela necessidade de promover reformas que objetivavam facilitar a circulação e o escoamento de mercadoria.

O fenômeno urbano na Amazônia, segundo Oliveira (2003), deve ser percebido a partir do cotidiano, das práticas sócio-espaciais, as quais possibilitam a compreensão das relações sociais, pois estas resultam da lógica da economia capitalista, da produção material do espaço e da relação estabelecida entre os atores sociais e a paisagem natural.

Oliveira (2003), enfatiza ainda, que a cidade de Manaus por ser localizada no meio da Floresta Amazônica, rodeada por extensos cursos d' águas e uma rica biodiversidade, por ter vias de acesso predominantemente fluviais, por possuir uma diversidade biológica e social e a relativa preservação dos ecossistemas naturais, contribuem para que seus habitantes se estabeleçam definindo uma dimensão espacial a partir do encantamento e da identificação com o local.

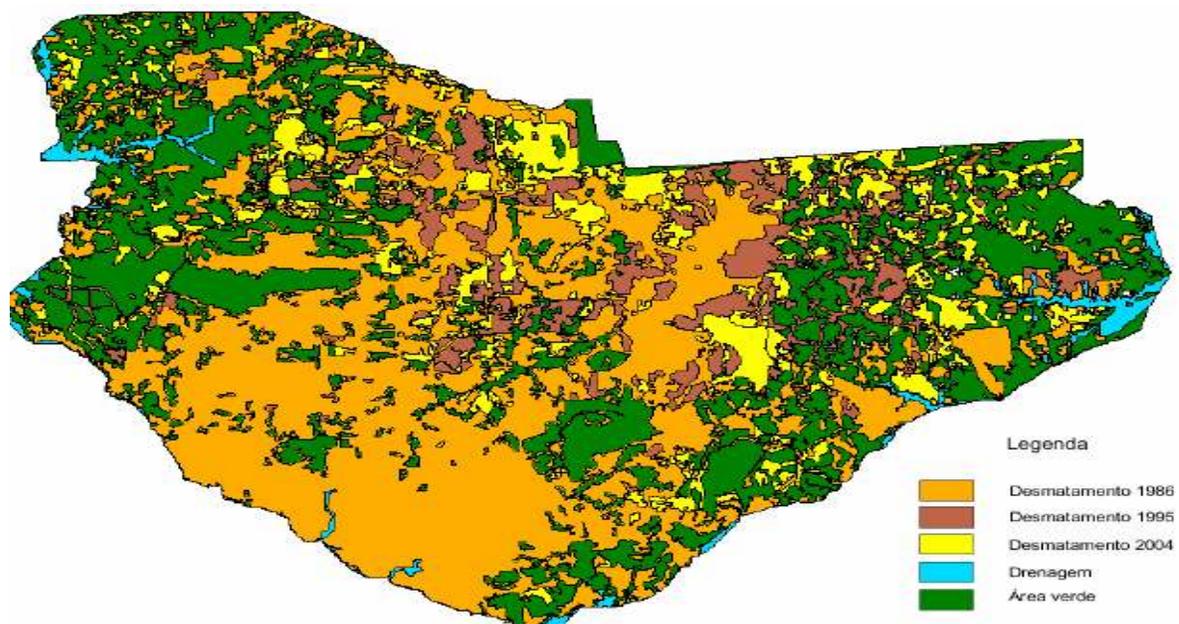
Assim, acredita-se que, dentre outras, as relações sócio-espaciais, contribuem para transformar o modo de vida do ser humano e pensar a sustentabilidade frente as questões ambientais de ordem antrópica que se apresentam na atualidade. Para Confalonieri (2005), no processo de urbanização se destacam alguns elementos contraditórios, tais como:

1. Alto índice de crescimento por migração nas últimas três décadas. Há também intensa migração intra-regional;
2. Alta concentração urbana, especialmente nas capitais dos estados. Cerca de 70% da população amazônica vive em cidades grandes e pequenas. É característico o surgimento rápido, espontâneo e desordenado de muitos desses assentamentos urbanos menores, sem a necessária infra-estrutura sanitária;
3. Existência de um grande contingente de populações tradicionais (índios, ribeirinhos, seringueiros.) que subsistem de extrativismo e da pequena agricultura. Estimou-se em cerca de seis milhões este contingente populacional.

Outro fenômeno a ser pensado, diz respeito ao desmatamento, pois este interfere e empobrece os ecossistemas, pois à medida que ele modifica a composição de nutrientes de uma determinada área, ele influencia a composição original dos vegetais e dos animais. Portanto, entende-se que a agressão ao meio ambiente, também é decorrente das influências antrópicas que o homem exerce em seu meio.

Sendo assim, segundo dados do estudo do desmatamento na zona urbana de Manaus, realizado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM, 2004), houve um avanço significativo do desmatamento nas zonas urbanas da cidade, compreendendo o período de 1986 à 2004. Dentre as zonas mais afetadas destaca-se a Zona Leste, pois no ano de 2004 houve uma perda de 9.540 hectares de área verde, restando somente uma área de 6.764 hectares, como pode ser observado na Figura 01:

**Figura 01: Evolução do Desmatamento do Município de Manaus de 1986 à 2004**



Fonte: CENSIPAM, 2009

A pesquisa também aponta, que a intensificação das ocupações nesse período se constituiu como um dos inúmeros motivos, os quais levaram ao aumento do desmatamento na zona leste, pois nessa zona, em 2004, houve um crescimento de 82% da população local.

Sabe-se que o apogeu do ciclo da borracha trouxe um processo de urbanização intenso para a cidade de Manaus, pois a exploração e comercialização do látex e a produção em larga escala da borracha, colaborou principalmente, para a ampliação e modernização da cidade, dentro dos moldes da vida européia, contribuindo ainda para concentração demográfica.

Destaca-se ainda, que no início do século XX, a minoria da população manauense, ou seja, a elite composta por representantes do governo, seringalistas, comerciantes, dentre outros, pode desfrutar da riqueza advinda do êxito da economia da borracha, uma vez que a maioria da população local presenciava o desencanto do período áureo da borracha, vivendo em precárias condições de vida, pois não tinham acesso a bens e serviços, como por exemplo: energia elétrica, transporte, moradia, saúde e educação.

Os relatos históricos apontam, que o declínio da economia da borracha amazônica provocou um intenso fluxo migratório do interior dos seringais para a cidade de Manaus, intensificando a problemática urbana, pois a maioria dos emigrantes nordestinos e parte da população rural foram obrigadas, em face à precariedade de infra-estrutura, a buscarem o centro urbano, passando a ocupar áreas insalubres, como as margens dos igarapés, onde construíram residências de palafitas sujeitas a constantes alagamentos, as erosões e o contágio de epidemias no período de inverno amazônico.

Para tanto, entende-se que o processo de imigração influenciou consideravelmente no processo de urbanização da cidade de Manaus, resultando em questões de ordem social e ambiental, as transformações econômicas e estruturais repercutiram diretamente no modo de vida, nos costumes e nas tradições das populações locais e de outros estados, pois a riqueza ostentada pelo extrativismo e pela comercialização da borracha provocou um expressivo processo migratório de populações de outras regiões do Brasil, principalmente do nordeste, bem como de nativos do interior do Amazonas para a capital em busca de melhores condições de vida.

Diante disso, a cidade de Manaus por não possuir uma infraestrutura necessária para receber as populações migrantes sofreu um inchaço, desencadeando sérios problemas como a falta de saneamento básico, habitação, transporte, dentre outros. Essa falta de saneamento básico proporcionou o aparecimento de epidemias que fugiram ao controle do poder público, dentre estas a hanseníase.

Oliveira (2003) enfatiza que a retirada dos hansenianos objetivava evitar que eles vagassem pelo centro da cidade, livrando os moradores e visitantes do inconveniente de vê-los expondo a tragédia da decadência da sociedade. A retirada dos hansenianos representava uma tentativa de esconder uma parcela da sociedade que muito incomodava, pois estes representavam ameaça à saúde da sociedade.

As medidas de prevenção e de tratamento da doença compreenderam a construção de locais para o isolamento das pessoas acometidas pela hanseníase, a intensificação e a proliferação da doença os condicionou ao isolamento, que resultou da exclusão desses

indivíduos da área central para uma área periférica do centro de Manaus, a exemplo, a Colônia Antonio Aleixo, como referência para o tratamento e para a segregação social dessas pessoas.

Assim, não era possível observar preocupações com políticas públicas, segundo Oliveira (2003) as várias políticas públicas planejadas, nem sempre realizadas, não tiveram uma intervenção urbana mais significativa, pois o plano urbano não levava em conta as características naturais.

Uma característica marcante do aspecto urbanístico de Manaus, diz respeito às moradias flutuantes, pois além de ser uma questão cultural, possibilita uma alternativa mais barata de habitação, uma vez que a água não é definida como propriedade privada.

Sendo assim Manaus por ser uma cidade com aspectos específicos, possibilita a emergência de modalidades de mobilização social que lutam em segmentos por bens e serviços sociais, emancipação da relação de exploração da força de trabalho e pela garantia direitos.

## CAPÍTULO III

### **Lago do Aleixo: patrimônio natural como espaço de sobrevivência**

Neste capítulo será trabalhado aspectos específicos do lócus da pesquisa, fazendo alusão á importância do Lago do Aleixo no âmbito de Manaus e das comunidades próximas, além de analisar o processo de chegada e a trajetória da população que reside no entorno do referido Lago, procurando entender de que maneira a referida população vive e sob que condições de vida ela se encontra, o que pensam em relação aos aspectos sócio-ambientais, já que se defende que não há separação entre homem e natureza e que esta possui extrema importância na definição do espaço urbano e na condição de vida do homem em sociedade.

O IBGE (2002) afirma que a cidade de Manaus é dividida em seis zonas (Lei nº 279/95) quais sejam: Sul, Centro-Sul, Leste, Oeste, Centro-Oeste e Norte. Assim, o presente estudo foi desenvolvido no Lago do Aleixo, situado na zona Leste entre o bairro Puraquequara e Colônia Antonio Aleixo, cuja área de abrangência compreende as comunidades Nova Esperança, Onze de Maio e Bela Vista.

A pesquisa teve a participação de três lideranças das referidas comunidades e quinze famílias, as quais residem às margens direita e esquerda do Lago em habitações flutuantes e de terra firme. No estudo, de cada comunidade foi abordado cinco famílias e um líder comunitário.



### **3.1 A questão sócio-ambiental no Lago do Aleixo: dilemas e desafios da população local**

A cidade de Manaus está localizada no centro da maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica, e na confluência de dois rios, Rio Negro e Solimões. É cortada por extensos cursos d'água, além de se caracterizar por uma paisagem bem diversificada de fauna e flora, se comparada a outras cidades do país.

No entanto, o processo de urbanização da cidade de Manaus, a partir do início do século XX, advindo do modo de produção econômico capitalista, resultou a transformação espacial do meio e de toda a paisagem natural que envolve a cidade.

Melo & Moura (1990) chama atenção para dois acontecimentos dessa época: que a cidade é um produto do período áureo da borracha e que nessa fase de urbanização, a sua principal força de crescimento residia no exercício da função de entreposto.

Para os autores, nesse espaço de tempo, foi implementado um sistema portuário moderno, para o padrão da época, um sistema de abastecimento d'água, bem como serviços de esgoto, iluminação elétrica, telefone e telégrafo. Assim, para atender a demanda do capital, foram aterrados rios e igarapés, dando espaço para a construção de uma estrutura urbana sob os moldes do novo modelo de produção econômica.

Dias (2007, p. 35) enfatiza que o “capital foi o grande responsável pelo estabelecimento de conflitos impostos pelas contradições econômicas, sociais e políticas”. Nesse processo, consolidou-se a demolição da antiga aldeia e da velha cidade colonial, não se

considerando a repercussão das transformações nos âmbitos sociais e ambientais relativo às condições de vida da população local.

Segundo Araújo (2003), na época, as características das cidades eram alteradas a partir das concepções urbanísticas incentivadas pela reurbanização da cidade de Paris na França. Por isso é que o sinônimo de *Belle Époque* na Amazônia foi traduzido pelas reformas urbanas das cidades de Manaus e Belém, as quais ganharam suntuosos edifícios públicos, grandes armazéns de importação e exportação, ricas residências particulares, largas avenidas, pontes metálicas, bondes elétricos, dentre outras construções.

Nota-se que todo o processo de concentração e riqueza esteve restrito às áreas centrais, sendo que, para além dessa exuberância da cidade, concentrava-se extensa população migrante junto às áreas extrativistas, em condições de vida miseráveis.

Segundo Melo & Moura (1990), a partir do processo de urbanização o crescimento da cidade de Manaus resultou na aceleração do fluxo migratório de populações advindas do meio rural, incidindo em um verdadeiro “inchaço urbano”. Tal fenômeno resultou em um segmento carente vivendo nas áreas menos valorizadas e insalubres da cidade, como por exemplo, às margens dos igarapés, vivenciando precárias condições de vida, em decorrência da falta de acesso a bens e serviços, como moradia, água, energia elétrica, transporte, saúde, educação e outros.

Assim, entende-se que esta população passou a morar na periferia da referida cidade em precárias condições de vida, submetidos à falta de preocupação do poder público e aos constantes alagamentos, erosões e epidemias.

Para tanto, a área que compreende o Lago do Aleixo possui um histórico de segregação social intrinsecamente ligada à hanseníase<sup>2</sup>, uma área ocupada até hoje por famílias remanescente daquela época e também por parcela da população oriunda do êxodo rural provocado pela implantação da Zona Franca de Manaus, ou seja, uma população que ainda vivencia a falta de melhores condições de vida, no que diz respeito ao acesso a bens e serviços públicos.

Em decorrência do crescimento demográfico acelerado<sup>3</sup> da referida área exigiu-se maior necessidade de infra-estrutura. A pesquisa aponta para a intensificação de problemáticas resultantes da ausência e precariedade de saneamento básico, os moradores reclamam da ausência e intervenção por parte do poder público nesse espaço, pois tal iniciativa possibilitaria garantir a limpeza, higiene e embelezamento da área, uma vez que o Lago do Aleixo é reconhecido por essa população como sendo um espaço de turismo, lazer e conservação ecológica.

A partir do estudo foi observado que os moradores têm uma ligação íntima com o Lago do Aleixo e que a questão sócio-ambiental também é preocupante, pois conforme relatos abaixo, o Lago representa patrimônio de grande valor para esses sujeitos sociais:

“Com certeza o Lago do Aleixo, ele também faz parte da minha família, porque é dele que eu tiro o sustento para manter a minha família”. (Família 01)

---

<sup>2</sup> Nesta época a hanseníase por ser considerada uma doença sem cura resultou na elaboração da política de confinamento das pessoas acometidas pelo *mal de hansen*, com o propósito de redução de contágio da doença na cidade. (DIAS, 2007)

<sup>3</sup> Na contagem populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2007, a área que compreende o Lago do Aleixo, localizada entre os bairros Colônia Antonio Aleixo e o Puraquequara, obteve um total populacional de 13.800 e 5.422 moradores, respectivamente.

“Quando eu cheguei aqui, o pessoal que morava aqui já diziam que era muito farto esse lago aqui, era bonito, limpo, não tinha essas coisas que tem hoje, ainda tomei banho nele, mas não era tão poluído como é agora até pra gente beber, fazer um café”. (Família 03)

“Antes, era melhor do que está agora, no aspecto da poluição, os moradores não tem cuidado, quem mora na beira né, chegou mais gente pra morar na beira, não preserva bastante como a gente preserva agora, quando seca fica ruim pra gente porque é muita poluição, gente que mora em flutuante suja bastante né, então piorou bastante de uns dez anos pra cá”. (Família 05)

“O lago do Aleixo pra nós aqui é vida, porque se acabar esse lago, a gente também, pode muito bem ir embora daqui, porque a água é vida né, a gente fica totalmente sem renda, porque se o lago seca, acaba com o lago, como é que nós vamos viver aqui, entendeu? vai ficar difícil pra nós moradores aqui, é por isso que a gente continua lutando em prol desse lago aí, né.” (Família 06)

A pesquisa realizada possibilitou identificar que o Lago do Aleixo, para a população local, representa um dos principais meios de garantia de sobrevivência, pois como foi enfatizado pelos moradores, este favorece o transporte, a produção de renda por meio da pesca, do comércio flutuante, do turismo e do uso doméstico, considerado ainda pelos moradores como um patrimônio natural indispensável para a manutenção da vida sócio-cultural local.

Os moradores do referido Lago ao reconhecerem a importância fundamental do mesmo para a população local enfatizaram a preocupação com o aumento da poluição no seu leito, pois segundo os sujeitos participantes do estudo durante o período em que residem no local, observaram que a cada ano aumenta a quantidade de dejetos domésticos e industriais depositados no leito do Lago. Os mesmos destacaram ainda que há moradores do local que ainda não expressam esta preocupação e não se consideram responsáveis pela conservação do Lago.

Diante dos relatos, entende-se que os processos que geram as representações sociais envolvem no cotidiano, as práticas sociais, os padrões de trabalho e de produção, o diálogo, o

discurso e a cultura. Algo simbólico do que é vivenciado pelos agentes sociais numa totalidade da realidade.

Segundo Jovchelovitch (1995), entende-se por representações sociais, não somente a representação apresentada pelo sujeito individual, mas também um fenômeno produzido pelas correlações particulares da realidade social coletiva.

Assim, a preocupação dos moradores do Lago é pertinente, pois apesar de ser uma preocupação local, expressa uma realidade da questão sócio-ambiental vivida em nível geral, pois no Brasil, segundo dados do IBGE/2002, a respeito do meio ambiente nos municípios brasileiros, dentre os 1159 municípios com taxas de mortalidade infantil acima de 40 óbitos por mil nascidos vivos, deste total 584 apresentaram alterações ambientais com conseqüências sobre as condições de vida. Os problemas levantados na pesquisa, dizem respeito à presença de esgoto a céu aberto seguido por ocorrência de doença endêmica como cólera, dengue, febre amarela e malária.

Segundo a mesma pesquisa, 53% dos gestores de 5.560 municípios, apontaram como a causa que mais afetava o meio ambiente, o assoreamento de corpos d'água. A poluição da água atinge 38% dos municípios brasileiros, e entre o período de 2001 a 2003, esses municípios registraram ocorrência de poluição frequente nas águas dos rios, lagos, enseadas, açudes, baías, nascentes, águas subterrâneas, dentre outros.

O despejo de resíduos industriais, óleos ou graxas, incluindo o derramamento de petróleo, foi apontado como uma das principais causas de poluição da água, colocando a região Norte em segundo lugar em maior proporção, dentre os municípios consultados.

Destaca-se que, durante o processo de construção do trabalho, procurou-se dados a respeito do nível de poluição e degradação ambiental na cidade de Manaus e no lócus da pesquisa nas Instituições de referência, tais como: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Pesquisa Ambiental do Amazonas (IPAAM), Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Secretaria de Estado de Política Fundiária (SPF), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terra do Amazonas (ITEAM). Porém foram encontradas dificuldades para levantamento de tais dados nas respectivas Instituições, seja pela carência de dados oficiais seja por questões de ordem política ou segurança local.

Em razão da ausência desses dados oficiais, optou-se pela ênfase na análise dos resultados obtidos na aplicação da própria pesquisa, articulando-os aos dados oficiais obtidos em nível de região Norte e no contexto brasileiro.

Assim, o Lago do Aleixo, como já citado, por ser considerado de extrema importância para a população local, está situado na Zona Leste da cidade de Manaus e próximo de um dos mais belos cartões postais da cidade, o Encontro das Águas. Assim, a pesquisa demonstrou que a importância do lago para os moradores diz respeito ao fato de ele representar importante fonte de transporte, trabalho, lazer, dentre outros, conforme se pode visualizar na Tabela 01:

**Tabela 01: Utilização do Lago**

<b>Utilização do Lago</b>	<b>Bela Vista</b>	<b>Nova Esperança</b>	<b>Onze de Maio</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Transporte</b>	5	5	5	15	100
<b>Lazer</b>	4	1	2	7	47
<b>Doméstico</b>	2	2	2	6	40
<b>Trabalho</b>	1	2	3	6	40
<b>Moradia</b>	0	3	3	6	40
<b>Alimento</b>	1	1	0	2	13

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a junho/2009

No que se refere à resposta de uso doméstico, os sujeitos da pesquisa se remetiam ao fato de usarem o lago para afazeres tais como: tomar banho, preparar alimentos, lavagem de roupas e de louças. Em relação ao resultado moradia, diz respeito ao fato deles usarem o lago como espaço de moradia, haja vista que alguns sujeitos consultados na pesquisa residem no próprio lago, em habitações flutuantes<sup>4</sup>.

Percebe-se que a importância do Lago para a população local extrapola a subsistência e diz muito da representação social que este ecossistema acarreta. Yi-Fu Tuan (1980) afirma que o apego a um lugar também pode, paradoxalmente, aparecer da experiência com a intransigência da natureza. Pode-se perceber esse fato, nos depoimentos:

“Eu não tenho mais condição de tá aqui, por motivo da minha idade avançada, eu já temo temporal quando troveja, porque no flutuante é diferente de uma casa em terra, quando troveja e começa a chover é só fechar as portas, não tem outra preocupação, só com raio, alguma coisa assim, e aqui não, se der um temporal, um vento muito forte, pode arrancar folha de alumínio, pode quebrar o tabo, pode arrastar as poita (...) Eu me identifico com o lago, porque eu aprendi a amar, logo que eu vim pra cá eu morava nele, mas eu não dava valor, hoje, eu sei o valor que ele tem, pela saúde que eu gozo, o meio ambiente, por exemplo, é agradável, a noite eu me deitava ali fora, aí vinha dali antes de ter rua e cidade, o cheiro das flores silvestres, chegava assim de noite a gente ficava respirando aquele ar bom, batendo seis e meia, sete, que começa a ventar, a natureza é muito importante e além de ser importante, é bonita, e dá mais saúde pra gente, eu me sinto bem aqui”. (Família 10)

<sup>4</sup> Habitações de madeira, comuns nas regiões amazônicas, construídas sobre troncos de árvores que se acomodam na terra, rios, lagos e igarapés, em período de cheia ou vazante.

“Quando a água vai embora a gente corre aqui pra beira, pra lavar roupa, lavar louça, até no verão. A falta d’água quando seca é o problema, os vizinho abre cacimba [...] Quando o lago seca existe ainda o olho d’água que desce a aguinha pro buraquinho que nós cava”. (Família 08)

Yi-Fu Tuan (1980) enfatiza ainda, que o homem para viver, deve ver algum valor em seu mundo. Como o agricultor, ele afirma que a sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma seriedade que poucas outras ocupações podem igualar.

Porém, entende-se que a concepção predominante nos centros urbanos culpabiliza essa população como responsável pela poluição e pelo uso indevido dos recursos naturais. No entanto, de acordo com os relatos, entende-se que essa população possui uma relação intrínseca com o Lago, relacionando a sua sobrevivência e a sua condição de vida à necessidade de maior cuidado no uso dos recursos naturais disponíveis nesse ambiente.

Nessa perspectiva, ao se indagar, quais motivos levaram os sujeitos a morarem naquele local, observa-se que a dimensão cultural é importante e faz parte da vivência deles, uma vez que a pesquisa demonstrou que 93% das pessoas consultadas são oriundas do interior do Estado e apenas 7% são da capital. As falas demonstram como a questão cultural é importante diante dessa relação do homem entre si e com a natureza:

“Eu gosto, muito daqui, porque fica próximo o mato, a floresta, o rio, na hora que a gente quer andar no rio, a gente desce pega uma canoa vai andar, pra cá a gente tem assim um ar puro devido a natureza, que é muito próximo da gente, por isso a gente luta pra conservar essa natureza bem próximo da gente, a gente não pretende tentar acabar com isso não, durante a gente poder lutar a gente vai lutar em prol da natureza. Eu quando, eu saio daqui maninha, lá pro lado do centro, eu venho agoniada, parece que quando o ônibus enfia ali na estrada, oh!!! Meu Deus do céu, maravilha, sério!!! Meus filhos, eu vou daqui pro ouro verde, pra casa da minha irmã, não dá duas horas, uma hora e meia tão doidinho pra vim embora, embora mamãe, embora pra casa, embora pra casa, eles não se dão mais pra lá, eles gostam daqui mesmo, acostumados.” (Família 06)

“Gosto, gosto porque aqui ta pertinho da beira d’água, isso aqui quando seca fica só igarapezinho [...]é diferente, aqui é seis mês no seco e seis no lago, quando ta muito cheio o rio pára.” (Família 02)

“Ah!! gosto sim, daqui, pra mim sair daqui ta difícil, porque eu acho tranqüilo, principalmente essa parte onde é a nossa residência aqui né, a noite, tranqüilidade, não tem barulho, não tem nada, pode ficar a vontade, aí debaixo das árvores aqui, no verão a gente não sente tanto calor, tão vendo, aqui é tipo um sítio mesmo, cheio de, bastante fresco a temperatura, aqui eu espero viver mais aqui, rs... rs... rs.. não, eu não quero sair daqui, quero não”. (Família 09)

“Aqui tem tranqüilidade; posso pescar e gosto do local, eu me identifico com esse lugar, acho bom morar perto da água, nós temos canoa”.(Família 01)

Yi-Fu Tuan (1980) ao trabalhar topofilia, voltando o seu estudo para a percepção, atitudes e valores em relação ao meio ambiente, a definiu em um sentido mais amplo como sendo os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Assim o autor afirmou que:

As imagens da topofilia são derivadas da realidade circundante. As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas... (p.137)

Sendo assim, a partir das falas dos sujeitos sociais, verifica-se que a influência da questão cultural é pertinente, pois o ser humano em seu cotidiano forma idéias e imagens vivenciando a dinâmica das representações que fazem desse dia a dia. Japiassu e Marcondes (2006) definem cultura em dois sentidos antropológicos:

a) “conjunto das representações e dos comportamentos adquiridos pelo homem enquanto ser social, ou seja, conjunto histórica e geograficamente definido das instituições características de determinada sociedade (...)”. b) processo dinâmico de socialização pelo qual todos esses fatos de cultura se comunicam e se impõem em determinada sociedade, seja pelos processos educacionais propriamente ditos, seja pela difusão das informações em grande escala, a todas as estruturas sociais, mediante os meios de comunicação de massa” (p. 63).

Nesse contexto, ressalta-se que dentre as reclamações mais frequentes dos sujeitos da pesquisa foi a de que o lago está doente, poluído, maltratado e abandonado pelo poder público. Conforme relatos das lideranças locais, além daqueles que moram no entorno do lago, em terra firme ou em casas flutuantes, terem uma parcela de responsabilidade no que diz respeito à poluição ambiental, existe a ausência do poder público, aliado à falta de interesse em desenvolver atividades educacionais não se preocupando com a conservação do mesmo:

“A poluição, vem das fábricas, do hospital que joga lixo dentro do lago e pertence ao governo, as autoridades têm que ver e agir, o lago tem como conservar, só depende das autoridades, o lago pode ser uma beleza da natureza, se as autoridades quiserem, podem fazer uma orla...”(Líder 02)

“Com certeza, mas também muitos deles ajudam, uma das coisas que nós lutamos bastante é para que eles não joguem pet, não joguem materiais que possam ta poluíndo o lago, inclusive semana passada houve uma campanha com os alunos aqui do N. Sr<sup>a</sup> das Graças, onde eles estavam fazendo o recolhimento das garrafas pets, insumos que possam prejudicar a natureza, e eles com certeza, a comunidade também, colabora com essa degradação...” (Líder 01)

Oliveira (2003, p. 103) analisando as políticas públicas, afirma que elas são aplicadas numa cidade e para uma cidade enquanto espaço das relações econômicas. O autor faz uma crítica dizendo que as políticas públicas, no início do século XIX na cidade de Manaus, não aplicavam um plano capaz de solucionar problemas coletivos, direcionando-os para um planejamento preventivo capaz de pensar a cidade para além do aqui e do agora.

Por outro lado, Souza (2004, p. 79) analisa a participação como sendo “um processo existencial concreto, que se produz nas dinâmicas da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população”.

Acredita-se que esse processo só poderá ter avanços se houver o desenvolvimento de uma consciência capaz de perceber as transformações pelas quais passa a realidade, uma vez

que o discurso da participação vem, muitas vezes, mascarado pelo processo de dominação apreciado pelo poder público, diante do chamado desenvolvimento social. É uma tentativa de não fazer perceber, pela grande maioria, o aumento da distância social gerada pelo crescimento econômico.

Entretanto, a participação aparece no plano societal como forma de estimular a atenção das camadas populares na parceria e consecução das políticas de desenvolvimento econômico, por isso a desigualdade social criada pela própria dinâmica das relações sociais em nível da produção das condições materiais de existência, faz com que o indivíduo fique sujeito à dominação.

Neste caso, ao se pensar em mecanismos de participação, é imprescindível que o poder público estabeleça um planejamento ambiental em conjunto com a comunidade e que este seja capaz de trabalhar a educação ambiental voltada para a melhor condição de vida daquela população, fomentando uma gestão participativa que priorize as reivindicações e as propostas levantadas por aqueles segmentos sociais.

### **3.2 A população no entorno do Lago do Aleixo: da origem à sua trajetória histórica**

O processo histórico de formação do bairro Colônia Antonio Aleixo, *locus* do desenvolvimento da pesquisa, deu-se a partir do processo de constituição do cenário urbano, que se redefiniu para atender as demandas advindas do processo de modernização da sociedade.

Em Manaus, como já citado, a ocupação urbana se intensificou a partir da implantação da Zona Franca de Manaus, momento em que se presenciou um acelerado êxodo rural, ocasionando um crescimento desordenado do espaço urbano para periferia da cidade, todavia ordenado sob a lógica do capital.

Araújo (2005), assinala que sem estrutura para receber a população oriunda de outros estados e do interior para a capital, a cidade sofreu um inchaço, desencadeando sérios problemas como a falta de saneamento básico, habitação, transporte, dentre outros.

A falta de saneamento básico apontado por Dias (2007), proporcionou o aparecimento de epidemias que fugiram do controle do poder público, como por exemplo, as doenças infecto-contagiosas: tuberculose, varíola, febre amarela e sarampo.

A hanseníase também foi uma doença oriunda principalmente das más condições sanitárias do período da borracha e a presença dos portadores dessa patologia na cidade era vista como comprometedora da aparência e da boa impressão apresentada aos visitantes na chamada “Paris dos Trópicos”.

Ibanez (1986) comenta que, em 1902, o Dr. Alfredo da Mata, através de estudos realizados, verificou que o Mal de Hansen se alastrava no Estado do Amazonas e que muitos doentes se instalavam em Manaus. Reclamando aos poderes públicos um maior controle da doença, em 1907, como diretor do serviço sanitário, solicitou meios de isolamento para os portadores dessa patologia.

A autora também explicita que em 1907 foi construída a primeira casa de isolamento para esses doentes, na localidade de Umirizal, localizada à margem esquerda do Rio Negro. Esta se mantinha sob os cuidados dos médicos sanitaristas Alfredo da Matta e Miranda Leão. Em 1933, foi inaugurado o Leprosário Belisário Pena, localizado à margem direita do Rio Negro, mais conhecido por Paricatuba, que tinha por finalidade receber os doentes provenientes de Manaus.

Segundo Araújo (2005), por se caracterizar como uma ocupação planejada pelo poder público, a Colônia Antonio Aleixo foi construída para “esconder” e/ou isolar os portadores de hanseníase. Inaugurada em 1942 pelo Governo do Estado e situada na zona leste a 21 Km do centro de Manaus, o bairro tem como principal via de acesso a Estrada do Aleixo, sendo banhado nas partes Norte e Leste pelo Lago do Aleixo e ao Sul pelo Rio Amazonas.

A área existente onde está localizado o bairro, segundo relato da liderança local, inclusive toda sua infraestrutura constituída de pavilhões e casas, foi planejada em 1920 para o funcionamento de um entreposto militar do exército. Entretanto, em decorrência da incidência de casos de malária, o projeto foi abandonado, sendo posteriormente ocupado pelos hansenianos.

Em 1978, sob a administração do governador Henocho da Silva Reis, foi desativada a colônia, surgindo oficialmente o Bairro Colônia Antonio Aleixo, antes considerado somente “colônia”. Essa ação, segundo Ibanez (1986), foi resultado do Plano de Desativação, autorizado pelo governador através do Decreto nº 4464 de 18/12/1978. Aos poucos, o local foi sendo dotado de infraestrutura necessária para adequá-lo aos moldes dos demais bairros da cidade.

Por outro lado, a desativação teve como objetivo básico cancelar o atendimento direto aos hansenianos, orientar as famílias residentes no bairro a assumirem seu autossustento e dotar a colônia de uma estrutura comunitária, o que de certa maneira contribuiu para despertar nos moradores um espírito participativo fomentador de seu próprio desenvolvimento.

Entende-se que o isolamento dos hansenianos não contribuiu para o controle da endemia, e não tão pouco as políticas sociais acarretaram resultados satisfatórios, haja vista que, culturalmente, o indivíduo ainda permanece doente devido ao processo de segregação social que enfrentou e, até hoje, ainda enfrenta.

Durante este processo, entende-se que o aumento populacional foi uma consequência natural do inchaço urbano sofrido por Manaus e advindo da população oriunda do êxodo rural que gradativamente se aglomerava na periferia da cidade, o que descaracterizou a Colônia Antonio Aleixo como sendo um bairro essencialmente de hansenianos.

No entanto, nas últimas décadas, assim como a maioria dos bairros periféricos da capital, passou a viver inúmeros problemas de infraestrutura tais como: saneamento básico, transporte, educação, saúde, dentre outros, Dessa forma, para buscar alternativas para sanar esses problemas, os moradores se organizaram em associações, fundações e movimentos, como estratégias para reivindicar e garantir seus direitos básicos.

Para Netto (2000, p.14), a vida cotidiana é apresentada diversamente nas suas múltiplas cores e faces: a vida dos gestos, um mundo alienado, um modo de existência social, um espaço de resistência e possibilidade de transformação, o espaço privado de cada um, ou

seja, o cotidiano está presente em todas as esferas de vida do indivíduo. Por isso, entende-se que ele, nesse processo, apreende as relações sociais e as reproduz criativamente enquanto instrumento da própria sobrevivência.

Em relação ao serviço de saúde pública oferecido na localidade, a pesquisa demonstrou que ainda é precário e não atende a demanda da população, pois trata-se de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na comunidade do Onze de Maio e outra na Comunidade Nova Esperança, porém na comunidade Bela Vista segundo os sujeitos pesquisados, esse tipo de serviço inexistente.

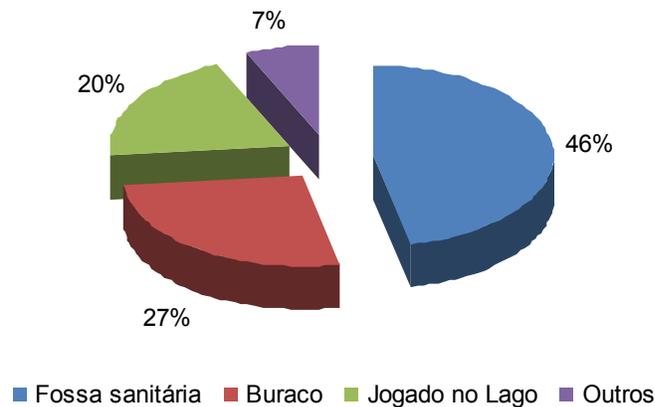
Destaca-se aqui, que a comunidade tem infraestrutura precária e a maioria das ruas não estão asfaltadas, além de não existir serviço de transporte suficiente para a demanda. No entanto, segundo a declaração dos moradores, estes buscam o serviço de saúde pública na comunidade do Onze de Maio e Nova Esperança, localizadas do outro lado do Lago, sendo obrigados a se deslocarem por meio de canoa, único meio viável de transporte utilizado pelos comunitários, conforme Tabela 02.

**Tabela 02: Serviços de Saúde**

<b>Serviços de Saúde</b>	<b>Bela Vista</b>	<b>Onze de Maio</b>	<b>Nova Esperança</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	0	5	5	10	66,67
<b>Não</b>	5	0	0	5	33,33
<b>Total</b>				<b>15</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisada de campo realizada no período de janeiro a junho/2009.

Quando se trata de serviço de água e energia elétrica, todos os sujeitos da pesquisa responderam que possuem. No entanto, ao se perguntar se em sua residência existe fossa sanitária 46% respondeu sim, em contraposição a 54% que afirmou possuir outras formas de destinar os dejetos sanitários, conforme Gráfico 01:



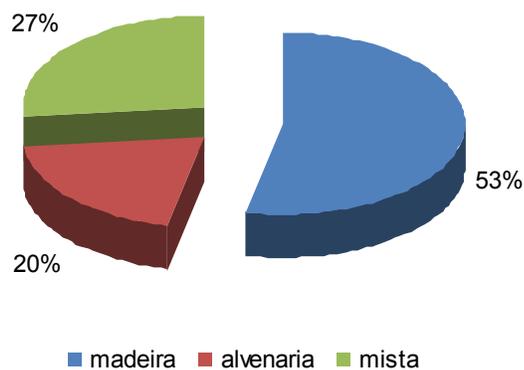
**Gráfico 01: Instalação Sanitária**

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a junho/2009.

Segundo dados do IBGE (2000), no país, cerca de 28% dos domicílios particulares permanentes urbanos, não são atendidos por rede geral de coleta de esgotos ou não possuem instalações sanitárias. Na Amazônia Legal essa proporção foi de 57% a maior parte desses domicílios estão nas cidades com mais de 20 mil habitantes e 72% não possuem rede de coleta de esgoto ou instalações sanitárias.

Durante a pesquisa, quando perguntado aos informantes se a casa em que reside era própria, esses foram unânimes ao responder sim, afirmando que um dos motivos que os levaram escolher aquela localidade para morar, foi devido a facilidade de acesso e o desejo de possuir a casa própria.

A pesquisa demonstrou ainda, que essas moradias, em grande parte são construídas em madeira, ou pelo fato do material ser mais barato e acessível, ou por questões de ordem climática, já que a região é de clima quente e úmido.



**Gráfico 02: Tipo de Moradia**

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de janeiro a junho/2009

Ainda a respeito do processo histórico de formação da população que reside no entorno do Lago do Aleixo, a pesquisa abrangeu também a localidade da Bela Vista, que segundo informação fornecida pela Secretaria de Estado de Política Fundiária, está situada em área pertencente ao perímetro do bairro Puraquequara.

Segundo informações dos próprios moradores, tal bairro surgiu no início do século XX e foi formado por um grupo de famílias ribeirinhas que se instalaram as margens do rio Amazonas, pois as principais atividades dessas famílias, era a pesca, o corte de madeira e a agricultura de subsistência. Com o declínio do ciclo da borracha, muitas pessoas se

deslocaram para aquela comunidade em busca de alternativa de sobrevivência, como o desenvolvimento de atividades de subsistência como a pesca e a produção de farinha.

Portanto, a problemática social enfrentada nessa localidade em que está situado o Lago do Aleixo, não se diferencia das demais problemáticas apresentadas em outras áreas periféricas da cidade de Manaus, pois diz respeito não só à garantia de serviços básicos essenciais à vida, mas também na efetivação de direitos e deveres voltados para a ampliação e consolidação da cidadania durante todo o processo de exclusão social enfrentados pela população local.

### **3.3 As questões sócio-ambientais locais a partir da ótica dos atores sociais**

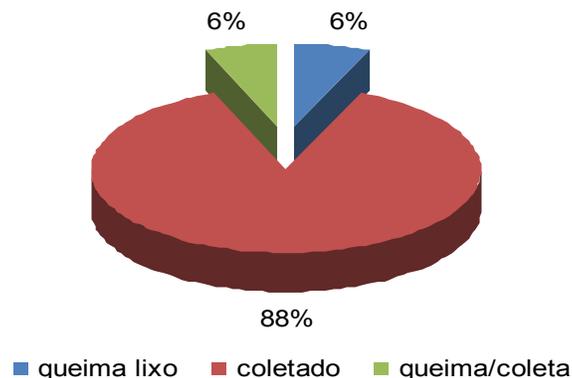
Nos tempos modernos, ouvi-se cada vez mais falar da detecção de novas formas de destruição da floresta amazônica, seja através do desmatamento, ou da própria poluição do curso das águas, como da extinção de diversas espécies animais e vegetais. Esse fato vem contribuindo para que se possa pensar em alternativas capazes de impedir que essa importante biodiversidade sofra cada vez mais com o estilo de vida da sociedade contemporânea.

A pesquisa realizada pelo IBGE, em 2002, aponta que dentre os problemas de degradação ambiental, a falta de saneamento básico é o que afeta a qualidade de vida das pessoas na maioria dos municípios brasileiros. A presença de esgoto a céu aberto, o desmatamento, as queimadas, as doenças, são alguns fatores apontados como agravantes da questão sócio-ambiental. Tal pesquisa demonstrou ainda, que para a maioria dos municípios da região Norte, cerca de 68%, aponta o desmatamento como a principal causa de impacto na qualidade de vida da população.

Entende-se que a dinâmica em sociedade, traz elementos significativos capaz de repensar a relação homem-natureza, relação esta que não pode ser vista como dicotômica. Marx (1974) apud Moraes (2002), diz que essa relação é sempre dialética, o homem ao transformar a natureza, transforma a si mesmo. Haja vista que o homem “é um ser da natureza, que se desenvolve num intercâmbio constante com os elementos destas que possuem necessidades naturais às quais busca suprir mobilizando as capacidades natas sobre os materiais ambientais”. (Idem, p.75).

Diante disso, entende-se que a questão ambiental é indissociável da questão social, pois as condições ecológicas alteram a dinâmica social, econômica, política e cultural de uma população. Assim, é necessário que se discutam alternativas capazes de apontar mudanças às questões pertinentes como: poluição, acúmulo de lixo, acidente ambiental, deterioração dos ambientes e recursos naturais, limitação desses recursos, crescimento urbano acelerado, resultando em inúmeras perturbações de origem antrópica. Faz-se necessário ainda, trabalhar as questões voltadas para a conscientização e sensibilização sobre a conservação e preservação ambiental.

Sendo assim, quando perguntado aos sujeitos da pesquisa se havia alguma preocupação destes em relação ao lixo no local de moradia e o porquê, estes responderam em unanimidade que sim, pois o motivo principal era o fato de manter o lixo longe da água do Lago por ser uma questão de saúde e higiene. Assim, o gráfico 03 demonstra como é feita a coleta de lixo na localidade.



**Gráfico 03: Coleta de lixo**

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a junho/2009

O estudo apontou ainda, que a grande reclamação dos moradores da área é o fato do Lago do Aleixo sofrer poluição devido à presença de madeireiras e fábricas instaladas no local, pois os relatos demonstram que a presença destas é considerada um dos principais problemas ambientais para moradores e lideranças, pois o índice de poluição é considerado grave e prejudicial para o lago e para a população local, conforme relatos dos moradores e das lideranças locais:

“As madeireiras e fábricas tomam de conta do Lago, jogam toras de madeira na água impedindo agente de atravessar para o outro lado, jogam o assacu, uma madeira venenosa, além do resto de serragem e de esgoto das fabricas que sujam a água...” (Família 08)

“Muita mudança, principalmente o aspecto da devastação né, do lago, tá tão poluído pelas empresas, tanta madeireira que tão cortando aí, e tão praticamente aterrando esse lago, muita, muita mudança mesmo, tem empresa de chumbo, empresa de cimento, empresa de, aquela ali, do papel, produtos químicos, fábrica de papel, tem contribuído muito pra, bem dizer ta doente o lago né, muito, muito, também a população contribui né, jogando lixo no lago, enfrenta a maioria é na seca, quando o lago seca que a gente vê o tanto de coisa que fica, e as pessoas mesmo jogam no lago né, tanto lixo, tem muita dificuldade com esse lago, a coleta de lixo passa só nas ruas principais, não em toda comunidade, e as pessoas que moram entorno do lago tem que subir para deixar o lixo aqui em cima, educação ambiental só vejo dentro da escola , porque eles trabalham com esses tema né ...” (Líder 03).

“Com a chegada das madeireiras e o Distrito dois pra Colônia Antonio Aleixo, não foi desenvolvimento nenhum trabalho, só trouxe prejuízo, porque os empresários, infelizmente, não se preocuparam em matar as nascentes dos rios e começaram com os aterros e os madeireiros colocando as madeiras pra dentro do lago e com isso vem o aterro, vem o aterro, e o que antes, na época da seca, ficava ainda acesso pra as pessoas entrarem e saírem, hoje não é possível ...” (Líder 01)

“A comunidade elege como maiores poluidores do lago, pra começar os que mais poluíram o lago foram os madeireiros, porque agora muitos já estão trazendo seu material por terra, caminhão, por balsa, mas antigamente era só jangada (...) O Distrito dois, são as fábricas, tanta poluição do lago, quanto do ar, porque inclusive aqui no bairro tem uma fábrica de chumbo ao lado de uma creche, mas é muito complicado, houve uma pesquisa que a Colônia Antonio Aleixo tem dado muitos casos de câncer, é uma situação, será que já não é resultado desse problema com a fábrica de chumbo?” (Líder 01)

Depreende-se da análise, o fato das fábricas e madeireiras se instalarem no referido local, com a promessa de geração de emprego e desenvolvimento para a área. Ressalta-se ainda o fato do local ser distante do centro da cidade e compreender uma ampla área verde e pouco habitada.

Nesse contexto, os problemas apontados pela população local, segundo os depoimentos, só terão solução e possibilidade de serem resolvidos se a comunidade em geral e juntamente com o poder público, tiver consciência e vontade para resolver. Dessa forma, a solução apontada pelos sujeitos, vai desde a fiscalização das fábricas pelos governantes, retirada das madeireiras e flutuantes do local, até a conscientização da população por meio da educação ambiental.

Ao serem abordados se conheciam ou não algum movimento de proteção ao Lago, a pesquisa demonstrou que das quinze famílias abordadas, oito famílias conheciam, resultando em um percentual de 53, 3%. No entanto, quando perguntado se participavam desse movimento 67% respondeu com uma negativa, sendo revelado que apenas uma pequena parcela se disponha a colaborar e participar das atividades de proteção, conforme Tabela 03:

**Tabela 03: Participação nos Movimentos e Entidades de Proteção do Lago versus Comunidade**

<b>Movimento de Proteção do Lago</b>	<b>Conhece e participa</b>	<b>Conhece e não participa</b>	<b>Não conhece</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Bela Vista Nova Esperança</b>	3	0	2	5	33,33
<b>Onze de Maio</b>	1	1	3	5	33,33
	1	2	2	5	33,33
					100,00

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a junho/2009

Desse modo, observou-se que a participação da população ainda é incipiente diante da problemática apresentada naquela localidade. A questão ambiental é visível para aqueles que residem naquela área e dependem do Lago do Aleixo, mas a participação da população não é fomentada o suficiente pelos movimentos e entidades presentes na referida área, conforme depoimentos das lideranças e representações locais:

“Existe um movimento em prol do Lago e a população participa muito pouco, essa área é um lugar de gente acomodado”. (Líder 02)

“Nós estamos com onze associações onde formamos o conselho sócio-ambiental da Colônia Antonio Aleixo, nós procuramos junto com essas outras associações discutir os problemas locais e também já tem outras que estão conosco, o pessoal da universidade, o pessoal do núcleo de cultura política da UFAM, também estão nos orientando e nós estamos trabalhando para tentar conscientizar esse povo. A degradação do lago do Aleixo é um problema muito sério”. (Líder 01)

“A população, ela vê a Associação como uma cabeça né, de puxar as coisas pra comunidade, mas ainda falta um pouco mais. O pessoal da margem do lago, poucos tem conhecimento da associação, poucos, poucos porque quem mora mais na margem do lago, é quase esquecido, esse pessoal que mora na beira, quase não participa (...)” (Líder 03)

“(…)Falta muito ser trabalhado, sobre o meio ambiente, precisa mais. Em algumas vezes, sobre reunião, passeata, a gente sempre fala, porque isso é uma coisa mundial né, a preservação do meio ambiente, eu acredito que a comunidade mesmo em si, deve ser mais trabalhada na questão do meio ambiente”. (Líder 03)

Compreende-se que a população do entorno do Lago do Aleixo, reconhece a importância do lago em suas vidas e que mesmo sofrendo as adversidades sócio-ambientais, percebem o grau de comprometimento daquele ecossistema em se tratando de degradação ambiental. No entanto, a pesquisa demonstrou que, se por um lado a população não tem participação efetiva nas atividades de proteção realizadas pelos movimentos, entidades e associações locais, por outro, estas mesmas organizações não desenvolvem um trabalho capaz de fomentar na população sua participação.

Nesse contexto, defende-se que mecanismos e estratégias de participação social sejam desencadeados, propiciando ao indivíduo uma maior consciência da sua realidade, pois ao viver em sociedade o mesmo está sujeito as mais variadas relações sociais.

Assim, nesse dia a dia o indivíduo expressa seus sentimentos, suas idéias, valores e costumes por meio da busca da transformação do próprio cotidiano e se depara com alternativas e escolhas capazes de formar sua própria consciência, seja na esfera política e sócio-econômica, seja na esfera cultural e ambiental, voltando-se para um maior comprometimento com ideais coletivos.

### **3.4 A condição de vida da população frente aos recursos sócio-ambientais existentes**

Com a pesquisa, pode-se afirmar que as informações obtidas no que se refere ao acesso a bens e serviços, pela população residente no entorno do Lago do Aleixo, é importante para se compreender as condições de vida daquela população local.

Convêm lembrar, que a área no entorno do Lago do Aleixo, por se caracterizar como uma área periférica da cidade sofre com a precariedade de serviços públicos tais como: saneamento básico, educação, transporte, saúde, lazer, dentre outros.

Assim, a caracterização dos informantes é essencial para a obtenção do perfil dos sujeitos da pesquisa, sua situação sócio-econômica, origem sócio cultural, dentre outros. Para estruturar esse perfil, buscou-se informação a respeito da naturalidade, tempo de residência, grau de escolaridade e renda familiar.

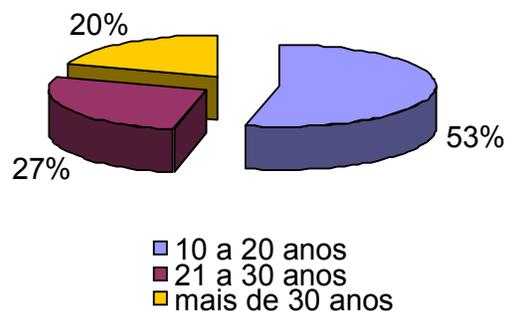
A pesquisa foi desenvolvida num total de quinze famílias e quatro lideranças, como já citado, todos residentes no entorno do Lago do Aleixo, sejam em habitações flutuantes ou em terra firme. A aplicação de formulários e entrevistas foi correspondente ao total da amostra, ou seja, para cada instrumento aplicado corresponde a uma família abordada.

É importante enfatizar, que um dos critérios de escolha dos sujeitos da referida pesquisa, é o fato destes residirem na área do entorno do Lago do Aleixo, há mais de dez anos. Sendo assim, foi possível observar durante a pesquisa que, com relação à naturalidade dos entrevistados, 93% deles tiveram procedência do interior do Estado do Amazonas e 7% são originários da capital.

Considera-se, portanto, que essa população faz parte do contingente de migrações motivadas por questões econômicas ou mesmo por questões de cunho social, como a criação da Zona Franca de Manaus, o desenvolvimento do parque industrial, ou ainda a segregação social a que foram submetidas às pessoas portadores da hanseníase, as quais eram mandadas para a Colônia a fim de serem isoladas.

No entanto, a pesquisa demonstrou que do total de famílias abordadas, 27% residem naquela localidade há mais de trinta anos, comprovando que essas famílias são remanescentes do período supracitado.

Contudo, o fluxo migratório impulsionado por tais fatores, configura-se ao longo da pesquisa, quando perguntado aos informantes o tempo de moradia no bairro e identificado que 53% dos sujeitos entrevistados já residem naquela localidade há mais de dez anos. Assim, entende-se que o fluxo migratório do interior para a capital é resultado de um processo de expropriação e segregação as famílias oriundas da área rural para a área urbana, conforme o Gráfico 04:



**Gráfico 04: Tempo de Residência**

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a junho/2009

Pochmann et. all. (2003), ao analisar a questão da exclusão social no Brasil em relação ao indicador que mede a pobreza, verificou que as cidades do país que exibem grande participação de chefes de família com rendimentos abaixo da linha que define a pobreza, estão quase todas situadas nas regiões Norte e Nordeste.

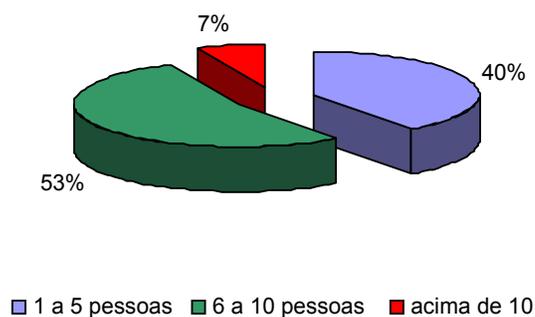
Em contrapartida, Gomes in Brant (2003, p.63), destaca que o “Brasil apresenta, nas últimas duas décadas, uma das maiores e mais inaceitáveis concentrações de renda, dentre os países da América Latina e até mesmo do mundo [...], segundo informes do Banco Mundial, 41% da população vive abaixo da linha da pobreza”.

Tal questão, Celso Furtado apud Pochmann et. al. (2003, p. 75) “afirma que o Brasil investiu muito e criou um sistema industrial dos mais poderosos do mundo, sendo hoje uma economia que pesa no sistema de decisões”. Dessa forma, ele acredita que o principal desafio do Brasil não é a questão econômica e sim a questão social.

Dados do IBGE, relacionados ao Censo Demográfico do ano de 2000, aponta que na cidade de Manaus, 16% das famílias recebem até um salário mínimo, enquanto 21% recebem mais de 1 a 2 salários mínimos. Voltando-se mais especificamente para a variação da renda familiar na área da Colônia Antonio Aleixo, o mesmo censo mostrou que, naquele ano, a variação ficou em torno de 32% para as famílias que recebem até 1 salário mínimo e 25% para as que recebem mais de 1 a 2 salários mínimos, ou seja, mais da metade das famílias pesquisadas pelo Instituto sobrevivem com menos de três salários mínimos.

No que diz respeito, a estrutura familiar dos sujeitos da pesquisa, 53% das famílias são constituídas de 6 a 10 pessoas, observando-se, que na contemporaneidade as mudanças estruturais na família, trazem novas formas e arranjos, podendo esta ser composta por toda ou qualquer pessoa que se fizer presente em seu âmbito, independente de laços consangüíneos ou não, provando dessa forma, que o modelo de família nuclear está cada vez mais desaparecendo do cenário social. Assim a pesquisa revelou ainda, que 40% dessas famílias

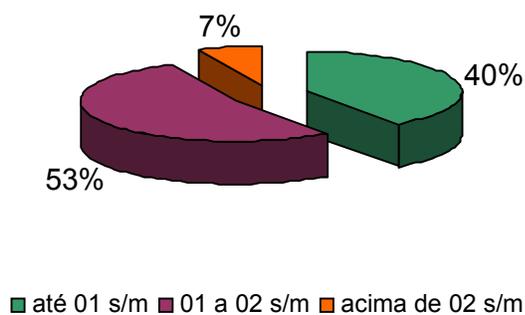
possuem de 1 a 5 membros e que apenas 7% possuem a quantidade acima de 10 pessoas, segundo Gráfico 05:



**Gráfico 05: Quantidade de pessoas na família**

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a junho/2009

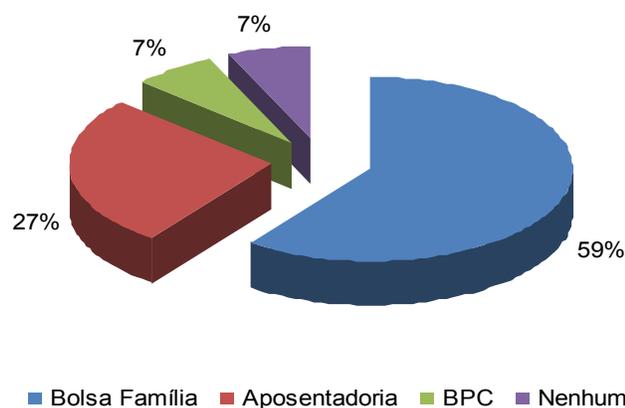
Nesse contexto, foi observado, durante a pesquisa, que 66,6% das famílias apresentam apenas uma pessoa com renda familiar, em contraposição a 33,3% que possuem duas ou três pessoas. Dessas famílias, 40% possuem uma renda mensal de até 01 s/m, enquanto 53% recebem uma renda que compreende de 1 a 2 s/m, e apenas 7% das famílias possuem renda acima de 2 s/m. Segundo dados do Gráfico 06:



**Gráfico 06: Renda Familiar**

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a junho/2009

Destaca-se, que essa renda familiar, não é proveniente somente da atividade econômica exercida pelo mantenedor ou mantenedores da família, mas é somado a ela a ajuda financeira advinda de outras pessoas ou parentes próximos. Quando perguntado, se alguém na família recebia algum benefício social, a pesquisa aponta que dentre as famílias, 60% recebem o Bolsa Família<sup>5</sup>, pois segundo informação de um dos líderes participantes da pesquisa, esse benefício foi fruto de mutirão realizado em 2007 pela população local, em contraposição 7% correspondem aqueles que não recebe nenhum tipo de benefício, conforme se observa no Gráfico 07:



**Gráfico 07: Programas de Benefícios Sociais e Aposentadoria**

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a junho/2009

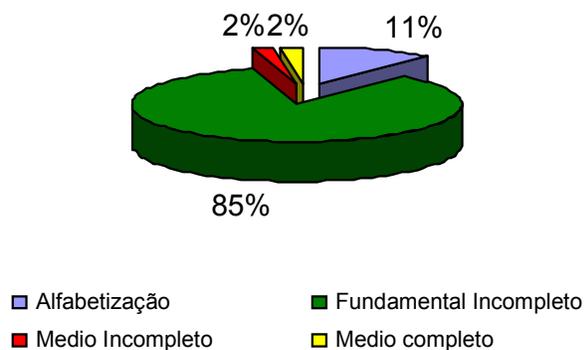
Para Pochmann et. al. (2004), a insuficiência de renda não se apresenta como a única forma de manifestação da pobreza e da exclusão social. Assim, para um conjunto de 1,6

---

<sup>5</sup> Programa de transferência de renda, criado pelo Governo Lula em 2003 para integrar e unificar ao Fome Zero os antigos programas criados no Governo FHC, este é tecnicamente chamado de mecanismo condicional de transferência de recursos, é uma ajuda financeira às famílias pobres com renda per capita de R\$ 70,01 até 140,00, com objetivo de manter os filhos e/ou dependentes com frequência na escola.

bilhão de pobres, existem 800 milhões de pessoas desnutridas, 860 milhões de analfabetos e um universo de quase 874 milhões de trabalhadores que possuem uma inserção precária no mercado de trabalho sob a forma de desemprego ou ínfimos salários. Sendo assim, essa realidade não é diferente da população consultada na pesquisa.

Todavia, as condições de vida da população possuem outros indicadores importantes além da renda. Conquanto, outro aspecto que merece análise é a questão da escolaridade, pois dentre as famílias abordadas, foi possível observar que há um índice expressivo de 85% de pessoas que possuem o ensino fundamental incompleto, e um percentual de igual valor, ou seja, 2%, tanto para aqueles que concluíram o ensino médio, quanto para aqueles que ainda não concluíram:



**Gráfico 08: Nível de Escolaridade**

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a junho/2009

Destaca-se ainda, que na Cúpula do Milênio, em 2000, coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU), líderes de todo o mundo discutiram os maiores problemas globais e estabeleceram metas para enfrentá-los, dentre esses está a educação, incluída na Declaração do Milênio a ser cumprida até 2015, conforme afirma: “A educação é fundamental para

garantir o desenvolvimento humano. Entre os desafios está fazer com que o ensino contribua para a superação da pobreza dos 700 milhões de habitantes dos 42 países menos desenvolvidos do mundo”.

Em contrapartida, segundo dados do Banco Mundial, o Brasil vem obtendo grandes avanços na área da educação desde o início da década de 90. O percentual de crianças na faixa de (07) sete a (14) quatorze anos que frequentam a escola aumentou de 80,5% em 1991 para 96,5% em 2000. Esses ganhos não são resultados do crescimento econômico, mas de mudanças ocorridas na gestão das políticas públicas no setor.

Para Pochmann et. al. (2004), o Brasil ocupa a 93<sup>a</sup> posição no *ranking* do índice de alfabetização, pois de cada 100 pessoas maiores de 15 anos, 87 são alfabetizadas. Este índice alcança cento e seis milhões (106.000.000) de brasileiros em condições de escolarização. Em relação ao nível superior, o Brasil ocupa a 84<sup>a</sup> posição no *ranking*, de cada cem (100) pessoas economicamente ativas, somente sete (7) possuem graduação universitária.

Sendo assim, a partir do perfil e da caracterização sócio-econômica dos agentes sociais, percebe-se a origem desses a partir de um processo de expropriação que condiz com a condição de vida da população daquela área, apresentando um nível baixo de escolaridade, um índice de desemprego elevado, uma renda familiar precária e a falta de acesso a bens e serviços sociais, chamando a atenção ainda mais, para a crise sócio-ambiental que se apresenta no cenário social.

Portanto, diante do cenário preocupante em que se encontra o Lago do Aleixo e a falta de providências por parte do poder público voltadas para a degradação ambiental naquele

local, e em especial para a melhoria da condição de vida daquela população que reside no seu entorno, é que se faz urgente um planejamento em conjunto, envolvendo a comunidade e o poder público, buscando soluções adequadas e condizentes com a realidade local daquele ecossistema.

Nesse contexto, a análise dos dados coletados durante a pesquisa, possibilitou apreender a percepção dos informantes com relação ao significado do Lago do Aleixo em suas vidas, pois além de despertar sentimentos intrínsecos da relação homem-natureza, ele contribui para a organização social, econômica, política e cultural daquela população usuária.

As falas dos sujeitos informantes remetem ainda para a importância da participação social voltada para a concretização de interesses e reivindicações coletivas e apontam dados significativos, os quais demonstram que a área está inserida entre aquelas que sofrem com a ausência do poder público no oferecimento de bens e serviços voltados para as necessidades básicas da população.

Assim, entende-se que política social no contexto capitalista subdesenvolvido tem um alcance limitado, porém é importante acionar iniciativas estruturais como: educação, ciência e tecnologia voltadas para a potencialização e superação dos problemas locais, mesmo reconhecendo que a participação e o apoio comunitário ainda é restrito aqueles que estão envolvidos com os movimentos e associações naquela área.

Diante disso, ao responderem como deve ser resolvido o problema da poluição no Lago do Aleixo, alguns sujeitos da pesquisa responderam que seria participando de alguma

forma, seja nas reuniões e eventos voltados para a conscientização ambiental da população, seja exigindo do poder público fiscalização necessária na área.

Entende-se que é necessária a participação dos atores sociais no âmbito das atividades desenvolvidas, uma participação realizável, mesmo que não seja satisfatória, mas que represente a expressão da demanda apresentada por eles próprios.

Por fim, entende-se que existe um aumento da escassez dos recursos naturais, provando assim a real situação da degradação ambiental, mas entende-se que a qualidade do meio ambiente é capaz de resultar numa melhor condição de vida para a população, além de representar uma mudança cultural capaz de despertar sensibilização tanto do poder público, quanto da sociedade em geral no que diz respeito a questões de ordem sócio-ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado buscou compreender de que maneira o ser humano se relaciona com o meio ambiente, como ele percebe as mudanças ambientais e quais as possíveis reflexões diante das transformações advindas da relação homem-natureza, sabendo que o modelo de desenvolvimento econômico causa efeitos inesperados ao meio ambiente e à vida humana e que a capacidade de sustentação no planeta é limitada.

Os debates e movimentos em torno da questão sócio-ambiental têm levado a diversas reflexões, dentre outras o crescimento socialmente perverso, pois este aprofunda as desigualdades sociais, a possibilidade de um desenvolvimento incluyente e sustentável, mudanças no perfil da produção e do comércio, o cuidado e o respeito às culturas de diferentes povos e países, o crescente aumento populacional e a falta de qualidade ambiental.

O contínuo agravamento das questões ambientais no planeta, nas últimas décadas, vem chamando atenção para a implementação de ações que possibilitem a todos um redirecionamento de convivência menos agressiva ao meio ambiente e orientando o ser humano a buscar alternativas viáveis de sustentabilidade.

Paralelo a isso, as políticas públicas implementadas são incipientes diante da urgência que a questão requer, uma vez que o governo apresenta como prioridade a manutenção do crescente desenvolvimento econômico em prol do aumento da necessidade de consumo,

atrelando suas ações em torno da educação ambiental que ainda se apresenta de maneira focalista e seletiva.

Sabe-se que a busca por alternativas a respeito da questão sócio-ambiental é difícil e complexa, pois ela demanda uma mudança profunda na relação que o homem estabelece com a natureza diante da sociedade de classes.

Entende-se, que existe ainda uma visão reducionista da questão sócio-ambiental por parte da sociedade contemporânea em acreditar que o meio ambiente fornece recursos naturais ilimitados destinados às necessidades humanas e que a ação antrópica do homem faz parte desse processo de interação ambiental.

No entanto, defende-se que a valorização do potencial dos recursos naturais deve estar atrelada ao contexto sócio-econômico, político e cultural de cada região, e que as estratégias de condução da vida em sociedade incluam a preocupação com o meio ambiente visando um planejamento a agregar a participação de todos os atores sociais.

Segundo Vieira (2002), ao analisar o processo de avaliação dos impactos ambientais implementados no Brasil, este afirma que:

(...) estaria sendo exercida nos moldes do enfoque “reativo-remedial” ou de simples proteção e melhoria da qualidade ambiental, e não como instrumento preventivo capaz de induzir o questionamento do estilo de desenvolvimento subjacente aos projetos, planos ou programas de ação que estariam sendo avaliados. (p.81).

Assim, observou-se que os sujeitos envolvidos primam por ações decisivas por parte do Estado que assegure a valorização do potencial dos recursos naturais e a avaliação das questões sócio-ambientais existentes, considerando ainda a participação da comunidade como fonte importante de identificação dos problemas e das necessidades locais.

Defende-se que a racionalidade ambiental demanda transformações no espaço cotidiano de cada um, no diálogo cultural e na apreensão das questões sócio-ambientais que possam direcionar a todos para uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

A objetividade da realidade direcionada para o predomínio do uso irracional dos recursos naturais requer um cuidado voltado para o respeito às culturas e saberes em detrimento da necessidade exacerbada do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, acredita-se que as políticas públicas destinadas, na atualidade, para as questões sócio-ambientais, não conseguem proteger a natureza dos danos causados pelo modelo de produção econômica. Assim, a preocupação recorrente por parte da população local, é que os processos decisórios de cunho participativo não exigem a colaboração da sociedade civil, um importante aspecto que deveria ser pensado frente à necessidade contemporânea de desenvolvimento sustentável em todas as esferas da vida.

A conscientização política por parte do poder público precisa ser despertada, para que haja resultados viáveis diante das ameaças ambientais sofridas pela sociedade contemporânea. A consciência ambiental precisa ser despertada e a educação ambiental é uma das mais importantes ferramentas, capaz de criar novo estilo de vida e de vivência em sociedade.

Por fim, o aprendizado da educação ambiental voltado para a sustentabilidade poderá formar cidadãos conscientes do seu papel nesse processo de construção de uma nova realidade. Pois na atualidade, a falta de respeito, solidariedade e igualdade a todas as formas de vida, já se tornou uma constante.

Portanto, entende-se que a população no entorno do Lago do Aleixo vivencia constantemente a necessidade de efetivas ações no que diz respeito à questão sócio-ambiental, pois as medidas que os governos estão tomando são inexistentes ou insuficientes.

Nesse processo, acredita-se que a degradação ambiental repercute na vida social, econômica, política e cultural da sociedade em geral, despertando cuidado e reflexão em relação a necessidades de ações por parte do poder público, visando à conservação e a preservação ambiental na garantia de melhores condições de vida, tomando como critério fundamental no fator consumo o respeito ao meio ambiente e a observância de uma gestão participativa.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do Desenvolvimento Sustentável. In: *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. (org.) Dinizar Fermiano Becker. Rio Grande do Sul: Edunisc, 2002.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004.

ARAÚJO, André Vidal. *Introdução à sociologia da Amazônia*. Manaus: Valer, 2003.

ARAÚJO, Iranilda de Sousa. *Participação Social: desafio para ampliação e consolidação da cidadania das famílias no bairro Colônia Antonio Aleixo*. Manaus: UFAM/TCC, 2005, 80 p.

AZEVEDO, Genoveva Chagas de. *Representações sociais de meio-ambiente: A reserva florestal Adolpho Ducke*. Manaus: Edua; Inpa, 2007.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; MORAES, Suely Oliveira. *Guia para normalização de teses e dissertações*. Manaus: UFAM, 2003.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento*. Manaus: Valer, Edua, Inpa, 2007.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Educação Ambiental: curso básico à distância: *questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas*. Coordenação geral: Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite e Naná Mininni-Medina. 2ª ed. Brasília: Unb, 2001. 396 p.

CASTELLS, Manuel. *A questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CONFALONIERI, Ulisses E. C. *Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças*. Revista Estudos Avançados. São Paulo 2005.v.19.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920*. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito do Paraíso desabitado nas florestas brasileiras. In: Edna Castro, Florence Pinton (org). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997.

\_\_\_\_\_. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. (Org.) Antonio Carlos Diegues. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP; Annablume, 2000.

\_\_\_\_\_. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987.

DUBOS, René. *Um animal tão humano: como somos moldados pelo ambiente e pelos acontecimentos*. Tradução de Antonio Lamberti. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1974.

FERREIRA, Márcio Alexandre Moreira. *O desenvolvimento do capitalismo em Manaus*. Manaus: Edua, 2003.

GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: *A família contemporânea em debate*. Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org.). 4ª ed. São Paulo: Educ; Cortez, 2003.

GODARD, Olivier. O Desenvolvimento Sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

IBANEZ, Lúcia Saenz. *Alternativas libertadoras para erradicação da hanseníase*. Manaus. UFAM/TCC. 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (Brasil). *Censo Demográfico*, 2000.

---

. *Pesquisa: Perfil dos municípios brasileiros*, 2002.

---

. *Contagem da população*, 2007.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JESUS, Cláudio Portilho de. *Utopia cabocla amazonense: agricultura familiar em busca da economia solidária*. Canoas: Editora ULBRA, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais*. In: *Textos em representações sociais*. (Org.) Pedrinho Guareschi e Sandra Jovchelovitch. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LEFF, Enrique. *Aventuras da Epistemologia Ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. Rio de Janeiro: Garanmond, 2004.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. *Amazônia Sócio-Ambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social*. *Revista de Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, São Paulo, 2005.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. Tradução de Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.

MELO, Mário Lacerda; MOURA, Hélio A. *Migrações para Manaus*. Recife. Massangana; Fundaj, 1990.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio ambiente e ciências humanas*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

NETTO, J.P.; CARVALHO, M. C. Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NOGUEIRA, Marinez Gil; CHAVES, Mª do P. Socorro Rodrigues. *Desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideopolíticas conceituais*. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*. Manaus, ano 5, nº 1, p. 129-143, jan/jun, 2005.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Edua, 2003.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. (Org.) Enriques Svirsky e João Paulo R. Capobianco. São Paulo: Instituto Sócioambiental; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo*. São Paulo: Cortez. 2004. v. 4.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Paula Yone Stroh (Org). 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. Primeiras intervenções. In: *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. (Org.) Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo Vianna. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SALAZAR, João Pinheiro. *O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis (estudo de um grupo de operários)*. 1992. 506 p. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Tradução de Conceição Jardim Maria do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (coleção os pensadores).

SANTOS, Theotonio dos. *Conceito de classes sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

SOARES, André Geraldo. *A natureza, a cultura e eu: ambientalismo e transformação social*. Blumenau: Edifurb; Itajaí: Ed. da Univali, 2003.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: ed. Marco Zero, 1994.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanismo*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

VICENTINI, Yara. *Cidades e História na Amazônia*. Paraná: Editora UFPR, 2004.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. VIOLA, Eduardo J., et al. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, UFSC, 2002.

YI-FU Tuan. *Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1980.

# APÊNDICES

# ANEXOS

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)